

ER

25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA

VOLUME 1 UMA VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sinval Guazzelli

Governador

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Eduardo Emílio Maurell Müller

Secretário



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Entidade de direito privado instituída pela Lei nº 6.624, de 13 de novembro de 1973, destinada à execução de estudos, pesquisas e análises da economia do Estado e à elaboração de estatísticas, como órgão de apoio operacional do planejamento estadual.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ÓRGÃOS COLEGIADOS:

CONSELHO DE PLANEJAMENTO

Antônio Mário Pascual Bianchi

Dionysio Azambuja da Silva

Gaspar Albite Chuy

Mário Fernandes Gomes

Odo Cazzulo

Paulo Augusto Hennig

Ney Marques - PRESIDENTE DO CONSELHO

DIRETORIA:

PRESIDENTE: Ney Marques

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Roque Maldaner

ÓRGÃOS EXECUTIVOS:

UNIDADES TÉCNICAS

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA

volume 1

UMA VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA DO ESTADO

4ª impressão

Porto Alegre 1976

PRIMEIRA EDIÇÃO: março 1975.
Segunda impressão: julho 1975.
Terceira impressão: abril 1976.
Quarta impressão: novembro 1976.

CONVENÇÕES

... não se dispõe da informação
- o dado não foi considerado

33(816.5)"1947-1973"

F981 Fundação de Economia e Estatística

25 anos de economia gaúcha. 2.ed.

Porto Alegre, 1976.

5v. ilustr.

CONTEÚDO. - v.1. Uma visão global da economia
do Estado.

FEF - U.F.
BIBLIOTECA
5564
17/4/79

Cr.2

723

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11 - 15
SIGLAS ADOTADAS	16
CAPÍTULO I	17 - 25
O comportamento do produto	
CAPÍTULO II	27 - 33
As mudanças estruturais do sistema produtivo	
CAPÍTULO III	35 - 51
O crescimento dos setores e a renda	
CAPÍTULO IV	53 - 72
Comparações com a região Sul e o Brasil	
APÊNDICE	73 - 81
Projeção da renda do Rio Grande do Sul — 1969-73	

PREFÁCIO À 4ª IMPRESSÃO

A grande procura de "Uma Visão Global da Economia do Estado", volume 1 da série "25 Anos de Economia Gaúcha", requereu uma quarta impressão desse documento.

Publicado inicialmente em Mar/75, "Uma Visão Global da Economia do Estado" nasceu da necessidade inadiável de se dispor com presteza de uma "análise sucinta do desempenho geral da economia gaúcha no último quarto de século", *firmemente calcada no exame cuidadoso de todos os dados e informações então disponíveis.

A sua grande receptividade determinou a segunda impressão, em Jul/75. E, em Abr/76, a pedido da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado, imprimiu-se uma terceira vez, sendo todos os exemplares destinados aos participantes do 1º Seminário Internacional de Investimentos no Estado do Rio Grande do Sul, organizado pela Secretaria de Indústria e Comércio.

"Uma Visão Global da Economia do Estado" foi elaborada pela Fundação de Economia e Estatística, na época presidida pelo Professor Rudi Braatz, sendo diretores a Professora Edi Madalena Fracasso (Dir. Técnico) e o Professor Roque Maldaner (Dir. Administrativo), com a assessoria da PLANISUL S/A - Planejamento e Projetos. Sendo, na ocasião, integrante do quadro de consultores dessa empresa, a mim coube a coordenação do trabalho, o qual contou com a participação do Econ. Walter Hahn, também consultor da PLANISUL. Ademais, recebeu a preciosa colaboração da Unidade de Análise Estrutural da FEE, sob a coordenação do Sr. Rubens Soares de Lima.

Sem dúvida, este documento parece projetar luz sobre a realidade econômica do Rio Grande do Sul no último quartel de século. As conclusões decorrentes da análise dessa realidade — expressas claramente na Introdução — contribuiram para embasar as justificativas reivindicatórias à instalação do 3º Pólo Petroquímico no Estado, o que demonstra, ao mesmo tempo, a utilidade deste estudo e a oportunidade da sua elaboração pela FEE.

Porto Alegre, novembro de 1976.

Ney Marques,
Presidente.

INTRODUÇÃO

Antecedentes e objetivos do trabalho

O objetivo mais imediato deste Documento é o de apresentar uma análise sucinta do desempenho geral da economia gaúcha no último quarto de século — mais precisamente no período de 1947 a 1973 — com base, tão somente, nos dados estatísticos e outras

informações disponíveis em julho de 1974, quando a FEE - Fundação de Economia e Estatística decidiu realizá-lo.

Como parece claro, entre tais dados e informações então disponíveis, assumiram relevante papel os originados de publicações da FGV - Fundação Getúlio Vargas, de modo especial a revista "Conjuntura Econômica" de setembro 1971 e dezembro 1973¹, que constituíram o ponto de partida para a análise ora apresentada.

Nessa oportunidade, a FEE já havia iniciado, há algum tempo, as tarefas de confecção do Sistema de Contas Regionais do Estado, sendo que algumas "pontas" desse trabalho se encontravam em etapa bem adiantada de elaboração.

Por este motivo ficou estabelecido que o presente estudo consistiria numa visão "ex ante" do processo de desenvolvimento sócio-econômico do Rio Grande do Sul, no sentido de que nele não seriam utilizados quaisquer dados ou informações já disponíveis em consequência daquelas tarefas, nem, tampouco, os que viessem a ser obtidos nas diferentes fases de realização das mesmas.

Posteriormente, quando o trabalho sobre Sistema de Contas Regionais do Estado já estivesse concluído, ou seja, com um sentido "ex post", seriam feitas as modificações, revisões e ampliações que se fizessem necessárias neste Documento — em função, é claro, das novas informações estatísticas e de outras naturezas que viessem à luz direta ou indiretamente² com a conclusão daquele trabalho — tudo isso com vistas à publicação de um estudo mais rico e completo sobre o desempenho da economia estadual durante os últimos 25 anos.

A diretriz traçada foi seguida e implica, de certa forma, a idéia de que a massa de informações quantitativas e qualitativas que advirá da elaboração do mencionado Sistema de Contas Regionais, constituirá um marco

¹ 25(9) e 27(12)

² Entre as informações indiretas ou derivadas da confecção do Sistema de Contas Regionais do Rio Grande do Sul estariam: as de natureza mais histórica do que numérica, como os acontecimentos políticos; as medidas de política econômico-financeira dos governos Estadual e Federal; as ocorrências de fatores climáticos adversos ou favoráveis; a situação dos mercados nacional e internacional de certos produtos básicos para a economia gaúcha, etc, que emolduraram o cenário econômico estadual durante o período focalizado.

histórico no processo de análise e planejamento econômico-social do Rio Grande do Sul, não só pela maior amplitude, riqueza, precisão e diversificação dos dados que então estarão disponíveis, mas também — e fundamentalmente — por serem eles obtidos diretamente no Estado, a partir de levantamentos baseados em fontes primárias suficientemente fidedignas, e terem sofrido um tratamento adaptado especificamente às peculiaridades regionais da economia gaúcha.

Tomando-se esse marco como referência é que se pode pensar que o presente Documento tem o significado de "ex ante" e o que será necessariamente efetuado depois, o de "ex post".

Por esse motivo, o trabalho que a FEE ora entrega ao público procurou também incorporar as constatações e observações mais significativas feitas sobre a economia do Estado nos melhores estudos até então publicados sobre o assunto³, na medida em que a massa de informações estatísticas utilizada permitisse a sua confirmação e compatibilização no marco geral da análise aqui efetuada.

Subsidiariamente, o presente Documento visa também:

- a) proporcionar um marco de referência para as prioridades a serem seguidas na elaboração de outros trabalhos que complementem, aprofundem ou expliquem com maior grau de detalhes alguns dos aspectos nele contidos;
- b) servir como uma primeira base de orientação para as diretrizes de política econômico-social a serem adotadas na estratégia geral de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Alcances e limitações

Tendo em vista o que foi dito na seção precedente, principalmente no que tange à natureza "ex ante" deste trabalho, torna-se imprescindível, desde logo, proporcionar ao leitor uma idéia mais nítida e precisa da moldura geral em que nasceu e se desenvolveu esta Visão Global dos "25 Anos de Economia Gaúcha", especialmente em termos de suas principais limitações e possíveis alcances, a fim de situá-la na adequada dimensão que pretende e pode adquirir como contribuição inicial da FEE à melhor compreensão do processo de desenvolvimento econômico-social do Rio Grande do Sul.

Como já foi mencionado, as estatísticas básicas utilizadas como ponto de partida da análise foram as de Renda Interna (Produto Interno Líquido a Custo de Fatores), por Setores de Origem, da FGV, publicados na Revista Conjuntura Econômica e cujas séries encontravam-se disponíveis para o período de 1947 a 1969.

A partir dessas cifras, tratou-se de estimar o valor das mesmas magnitudes econômicas para os anos de 1970 a 1973, obtendo-se, assim, uma seqüência de informações que possibilitou uma aceitável visão evolutiva da economia gaúcha nos últimos 27 anos.

A utilização desses dados fez com que, em princípio, grande parte da análise ficasse limitada a apreciações sobre o comportamento relativo da renda em geral e seus grandes agregados setoriais, bem como às respectivas comparações com a Região Sul e o Brasil.

Claro está que o texto daí derivado precisou ater-se mais especificamente aos aspectos descritivos e quantitativos dos fatos ocorridos, em detrimento de um estudo literal e expositivo mais rico em explicações e interpretações do processo através do qual fluíam os fenômenos constatados.

Parece fora de qualquer dúvida que o Documento teria sido, sobremaneira, enriquecido com abordagens contendo elementos que, por sua natureza, pudessem conduzir o trabalho para um campo mais fértil e exuberante de análise como, por exemplo, o do comportamento do perfil da renda per capita por estratos da população, o do impacto do crescimento econômico na distribuição funcional e pessoal da renda, o do efeito multiplicador dos investimentos na renda global e setorial do Estado, o das fontes de financiamento possíveis de serem mobilizadas para o desenvolvimento, o da função consumo como condicionadora da demanda de bens e serviços, o do papel das exportações e demais variáveis externas no processo de crescimento regional e outros de igual ou semelhante significação analítica.

Mas isso não foi possível, e a explicação é bastante simples e nada singular para regiões em que, como é o caso do Rio Grande do Sul, a experiência de planejamento e levantamento de dados indispensáveis à análise do sistema produtivo é muito intermitente, quando não ausente de todo: as informações necessárias para esse tipo de estudo não se encontravam de forma alguma disponíveis.

³ Entre eles, cumpre mencionar:

BOLETIM DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, n.16, 1965. 114p.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Análise da Renda do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, abr.1969.

PLANISUL S/A - Planejamento e Projetos. Uma estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1969.

Como também já se procurou deixar claro na seção anterior, aqueles enfoques, mais sofisticados, somente serão possíveis a partir do momento em que se possa contar com os dados fornecidos pelo Sistema de Contas Regionais do Estado, em elaboração na FEE, que proporcionarão o conhecimento quantificado de magnitudes tais como: consumo, investimento, poupança, importações, exportações, gastos e receitas públicas, bem como seus respectivos componentes, além dos posteriores estudos sobre a distribuição pessoal e regional da renda estadual.

A impossibilidade, no momento, desse tipo de "approach" conduziu ao uso de instrumentos analíticos bem mais simples e grosseiros como aqueles já citados, ou sejam, as taxas de crescimento global e setorial da renda, a composição desse agregado por setores de origem, as mudanças da estrutura produtiva e as comparações entre esses fenômenos estaduais e os da Região Sul e Brasil.

Contudo, esse procedimento não impediu que se extraísse da escassa informação existente o máximo por ela permitido, sendo de destacar, inclusive, que em aspectos mais gerais do estudo procurou-se efetuar determinadas interpretações analíticas, lançando mão de algumas hipóteses primárias e chegando mesmo a efetuar algumas conclusões preliminares.

Nesses casos, porém, observou-se sempre a regra do máximo cuidado em não apressar afirmações e conclusões que ultrapasassem as possibilidades oferecidas pela massa de dados e informações com que se contou.

Ao longo da análise, foram usados dois tipos de enfoques: um, quadrienal e outro, cíclico. O emprego do primeiro está associado à gestão quadrienal dos períodos de governo estadual, a partir de 1947, com defasagem de um ano⁴. Cabe registrar que essa abordagem não encerra qualquer intenção de avaliar a atuação dos dirigentes estaduais, o que não seria propósito do presente Documento, tendo sido usada, tão somente, como forma de simplificar a análise de um período relativamente longo como o que vai de 1947 a 1973.

Quanto ao enfoque cíclico, deve-se salientar que a manipulação dos dados disponíveis sugeriu a existência de alguns ciclos mais ou menos definidos na economia gaúcha, quais sejam, os de 1948 a 1959, de 1960 a 1967 e de 1968 a 1973. Como foi registrado no próprio texto, fez-se no Documento uma primeira aproximação desse tipo de abordagem, ficando a sugestão para um posterior aprofundamento analítico sobre o tema, que, dispondo de maiores e mais adequadas informações, confirme ou refute as hipóteses ora levantadas.

Resumo e conclusões

O plano geral de elaboração do trabalho sobre os "25 Anos de Economia Gaúcha" foi desdobrado pela FEE em cinco etapas: a primeira, constituída pela análise sócio-econômica global, que consta do presente Documento; a segunda, cujo objetivo é o de estudar os aspectos de natureza demográfica e suas relações com a distribuição espacial do desenvolvimento estadual; a terceira, que focaliza o Setor Agrícola através de suas dimensões microrregionais e subsetoriais — Lavoura, Produção Animal e Derivados, e Extrativa Vegetal — e busca identificar o papel que ele tem desempenhado na economia do Estado; a quarta, dedicada à Indústria de Transformação, enfocando-a dos ângulos de seus diferentes ramos e estratos ou tamanhos, com vistas à observação de suas características mais marcantes, bem como de seus fatores limitativos e propulsores; e a última, que tem por finalidade a análise do Setor Terciário, sua importância, características mais marcantes e evolução na economia gaúcha.

A segunda etapa já se acha em fase de revisão definitiva; a terceira e a quarta, em final de elaboração; e a última, em início de realização.

Em consequência, o projeto de publicação inclui a apresentação de cinco volumes, a saber:

Volume 1 - Uma Visão Global da Economia do Estado;

Volume 2 - Aspectos Demográficos e Suas Relações com a Distribuição Espacial do Desenvolvimento Econômico do Estado;

Volume 3 - A Agricultura e o Seu Papel na Economia do Estado;

Volume 4 - A Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul;

Volume 5 - O Setor Terciário: Importância e Evolução na Economia do Estado.

Este volume que inaugura a série, "Uma Visão Global da Economia do Estado", está dividido, por sua vez, em quatro Capítulos, uma Introdução e um Apêndice.

⁴ Essa defasagem justifica-se, entre outros motivos, porque o desempenho da economia em qualquer ano é função das decisões tomadas no exercício anterior, como, por exemplo, as que se referem ao orçamento e à política econômica em geral. Além disso, os investimentos efetuados em um ano normalmente frutificam no exercício seguinte.

O Capítulo I estuda o comportamento da renda estadual ao longo dos últimos vinte e sete anos, tratando, por um lado, de relacioná-lo com as presumíveis expectativas de bem-estar da população em termos de renda per capita e, por outro, de desenvolver um esforço no sentido de identificar os diferentes períodos em que foi subdividida a análise — quatrienais ou cíclicos — com vistas à caracterização econômica geral de cada um deles da maneira mais precisa e sistemática possível.

De sua parte, o Capítulo II visualiza as mudanças do sistema produtivo do ponto de vista das modificações ocorridas na composição porcentual da renda por setores de origem, ao mesmo tempo que identifica os períodos em que tais fenômenos foram mais intensos, e relaciona a velocidade das mudanças constatadas com as características econômicas gerais dos diversos períodos empregados na análise.

Em continuação, o Capítulo III aborda o tema do crescimento dos setores em comparação com o da renda estadual, perscrutando também a problemática do comportamento cíclico da atividade econômica do Rio Grande do Sul, tanto a nível global como setorial, e mostrando a quase perfeita coincidência dos ciclos setoriais com o da economia em conjunto. Esse Capítulo tenta, ainda, responder a algumas perguntas de elevada significação analítica como as seguintes: a) Haverá algum relacionamento entre os fenômenos de maior índice de crescimento relativo da Indústria, menor importância paulatina da Agricultura e comportamento geral do produto estadual? b) Qual o grau de dependência da Indústria com referência à Agricultura? c) A economia gaúcha é mais sensível, de um modo geral, ao desempenho da Agricultura ou da Indústria? d) Que papel tem sido reservado aos Serviços no processo de crescimento econômico do Rio Grande do Sul?

Finalmente, no Capítulo IV, o último deste Volume 1, trata-se de comparar o desempenho da economia do Estado com o do marco geral em que ela se insere, vale dizer, o da Região Sul e o do País como um todo, o que se faz através dos diversos ângulos de estudo empregados nos Capítulos anteriores, bem como dos períodos de análise, quatrienais ou cíclicos, neles adotados. Esse Capítulo procura efetuar, ainda, alguns cotejos entre os processos de aumento de preços nas diferentes áreas — Rio Grande do Sul, Região Sul e Brasil — de modo a permitir, mediante o relacionamento entre eles, algumas conclusões de natureza preliminar sobre os ganhos ou perdas provavelmente ocorridos nas relações de troca inter e intra-regionais.

Quanto ao Apêndice, consta ele, essencialmente, dos Quadros e respectivas metodologias de elaboração, referentes às projeções setoriais e globais da renda estadual realizadas para o período 1970-73 que se julgou necessário incluir no presente Documento, a fim de permitir ao leitor tomar conhecimento da sistemática utilizada pela FEE na estimativa desses agregados sobre os quais não se dispunha, então, de qualquer informação homogênea com aquela divulgada pela FGV para os anos anteriores.

Entre as conclusões preliminares de maior significação analítica que se pode extrair do estudo aqui efetuado, devem ser mencionadas as seguintes, entre outras:

- 01 - O processo de crescimento da renda estadual caracterizou-se por sua marcada intermitência, pois em várias ocasiões, de um ano para outro, nota-se o fenômeno de oscilações mais ou menos bruscas no ritmo da atividade econômica do Estado;
- 02 - Do mesmo modo, em alguns períodos relativamente curtos, o processo de crescimento econômico do Rio Grande do Sul apresentou desempenhos altamente satisfatórios e, em outros, ao contrário, grandemente negativos;
- 03 - Tais características parecem ser próprias das economias em que o setor primário desempenha papel proeminente, como no caso do Estado gaúcho, onde as atividades da pecuária e da lavoura ainda são responsáveis pela geração de apreciável porcentagem da renda;
- 04 - Em termos de renda per capita, esse crescimento foi, em média, de 3,1% ao ano, significando a "grosso modo" que, mantido um ritmo semelhante de aumento anual, o prazo para a duplicação do nível de bem-estar da população sul-rio-grandense será de 23 anos, o que parece constituir uma expectativa pouco satisfatória;
- 05 - Do ponto de vista dos períodos quatrienais de análise, sugere-se a adoção das seguintes características econômicas gerais para cada um deles:
 - 1948-51 - Industrialização acelerada
 - 1952-55 - Diminuição da produtividade agrícola
 - 1956-59 - Crise na Agricultura
 - 1960-63 - Estagnação do setor primário
 - 1964-67 - Estancamento generalizado
 - 1968-71 - Perspectiva de recuperação
 - 1972-73 - Necessidade de diversificação econômica;
- 06 - Da ótica dos períodos cíclicos, as características econômicas gerais sugeridas são as que seguem:
 - 1948-59 - Desaceleração do crescimento
 - 1960-67 - Estancamento do processo
 - 1968-73 - Perspectiva de recuperação;

- 07 - Ao longo do período focalizado, o setor secundário cresceu de forma mais pronunciada do que os demais, acompanhando, ainda que de maneira bem menos acentuada, o fenômeno geral de industrialização que caracterizou o desenvolvimento brasileiro no pós-guerra;
- 08 - Nesse sentido, a idéia de mudanças estruturais da economia gaúcha pode ser complementada mediante as seguintes relações aproximadas referentes ao mesmo período: comparado com o aumento da renda global do Estado, o da Agricultura foi inferior em 25%, o da Indústria superior em 50% e o dos Serviços também maior em 12,5%;
- 09 - As mudanças estruturais observadas na economia do Rio Grande do Sul ocorreram fundamentalmente no período 1947-63, mais precisamente nos últimos anos da década de 1950 e primeiros da de 1960;
- 10 - A diminuição da importância relativa da Agricultura verificou-se com mais intensidade no período 1960-63 e o aumento da participação porcentual da Indústria, no quadriênio 1948-51;
- 11 - Aparentemente, inexistiu qualquer relação mais estreita entre ambos os fatos;
- 12 - Da mesma forma, parece não haver, pelo menos no curto prazo, maior grau de dependência entre as modificações constatadas na estrutura setorial da renda e a intensidade de crescimento da economia do Rio Grande do Sul;
- 13 - Da análise realizada não transparecem, de nenhum modo, desempenhos induzidos entre os setores Agricultura e Indústria, no sentido de que uma baixa performance daquela não leva, necessariamente, a um mau desempenho desta, nem vice-versa; assim como uma notável ascensão da produção agrícola não conduz forçosamente a atividade de transformação a aumentar de forma excepcional o seu ritmo de produção;
- 14 - A economia gaúcha parece ser mais sensível, de um modo geral, ao desempenho do setor primário do que ao do secundário, o que é lógico, pela própria importância porcentual daquela atividade na renda global;
- 15 - O desempenho do setor de Serviços mostra-se muito mais relacionado com o da Agricultura do que com o da Indústria;
- 16 - No que tange à análise cíclica, pode-se afirmar que existe uma quase perfeita coincidência entre os ciclos assinalados para a economia gaúcha como um todo — 1948 a 1959, 1960 a 1967 e 1968-73 — e os dos setores primário e terciário, notando-se, no entanto, algumas diferenças expressivas entre os daquela e os do setor secundário;
- 17 - Ao longo do período, a taxa média anual de crescimento acumulativo do Rio Grande do Sul foi bem menor do que a da Região Sul e a do Brasil: 5,6% contra 6,3% e 6,8%, respectivamente;
- 18 - Em termos reais, vale dizer, a preços constantes, o produto estadual, que constituía, em 1947, mais de 60% do da macrorregião e mais de 10% do país, significa, hoje, menos de 50% e cerca de 7%, respectivamente;
- 19 - Em termos monetários, isto é, a preços correntes, tais porcentagens passaram de 66,5% e 10,2%, em 1939, para 47,5% e 8,6%, em 1969;
- 20 - As duas últimas constatações permitem concluir que, fora de qualquer dúvida, a importância relativa da economia gaúcha vem diminuindo a olhos vistos, tanto a nível nacional como macrorregional;
- 21 - Aquelas mesmas constatações induzem a assinalar que parece haver ocorrido o seguinte, em termos gerais, nas relações de troca inter e intra-regionais: a) o Rio Grande do Sul ganhou em suas relações com o Brasil, mas perdeu para a Região Sul; b) esta, por sua vez, ganhou tanto do Brasil como do Rio Grande do Sul;
- 22 - Segundo tudo leva a supor, o grande salto quantitativo e qualitativo dado pelo setor dinâmico da indústria nacional no final do chamado período de substituição de importações, não foi acompanhado pelo parque industrial gaúcho em virtude do não aproveitamento, principalmente, dos estímulos dados ao grupo de empresas produtoras de bens duráveis de consumo;
- 23 - No que tange à Agricultura, a participação porcentual do Estado diminuiu, tanto na macrorregião, como no país, passando de 52% e 13%, respectivamente, em 1947, para 44% e 12%, em 1969;
- 24 - No que diz respeito à Indústria, o Rio Grande do Sul igualmente vem perdendo posição em ambos os casos. pois representava, em 1947, 59% do total da Região Sul e 8% do Brasil, e constitui, hoje, somente 55% e 6%, respectivamente;
- 25 - Finalmente, torna-se imprescindível ressaltar que o perfil da renda estadual por setores de origem é, na atualidade, um quarto de século depois, praticamente igual ao do Brasil em 1950.

SIGLAS ADOTADAS

- AIDERS - BOLETIM DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, n.16, 1965.
- DEFLAG - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Estudo de Deflatores para a economia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1974.
- EDERGS - PLANISUL. Uma estratégia do desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1969.
- IE-RS - INDICADORES ECONÔMICOS RS. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v.2, n.2, abr/jun. 1974.
- IPAGRI - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Índice do Produto Agrícola. Porto Alegre, 1974.

CAPÍTULO I

O comportamento do produto

Ao analisar-se o comportamento global da economia do Rio Grande do Sul ao longo do período 1947-73, observa-se que a renda do Estado¹ cresceu pouco mais de quatro vezes nestes últimos 26 anos como se pode constatar no Quadro nº 01, de modo especial através do índice representativo do produto que, com base em 1949, passou de 95,8 em 1947 para 395,0 em 1973.

Esse processo de crescimento - cuja taxa média anual acumulativa situou-se em torno de 5,6% ao ano - caracterizou-se por sua marcada intermitência, pois em várias ocasiões, de um ano para outro, nota-se o fenômeno de oscilações mais ou menos bruscas no ritmo da atividade econômica estadual, sendo uma elevada taxa de aumento do produto sucedida por um baixo índice de incremento e vice-versa. Assim é que a análise desse mesmo Quadro nº 01 permite notar, por exemplo, que a intensidade de crescimento da renda:

- a) baixa de 9,0% em 1954 para 3,7% em 1955;
- b) torna a elevar-se para 9,7% em 1956 e a reduzir-se para 1,5% em 1957;
- c) diminui de 9,9% em 1962 para 1,1% em 1963;
- d) decresce de 7,8% em 1971 para -0,5% em 1972, voltando a subir acentuadamente em 1973, quando alcança, de acordo com as projeções efetuadas, a alta taxa de 10,4%.

Uma outra observação igualmente importante que se pode fazer com base nos dados apresentados no Quadro nº 01 é a de que, em alguns períodos relativamente curtos, o processo de crescimento econômico do Estado apresentou desempenhos altamente satisfatórios e em outros, ao contrário, grandemente negativos. Nesse sentido, deve-se destacar:

- a) no primeiro caso, os triênios 1950-52 e 1968-70 com as elevadas taxas médias de cerca de 9,0% e 11,6% ao ano, respectivamente;
- b) no segundo, o quadriênio 1957-60 com o crescimento médio anual de 1,9% e o quinquênio 1963-67 com 2,4%, ambos sem dúvida muito reduzidos e comprometedores para o progresso sócio-econômico do Rio Grande do Sul.

¹ No presente trabalho considera-se a renda do Estado como equivalente ao seu Produto Interno Líquido a Custo de Fatores.

QUADRO Nº 01

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73

ANOS	VALOR REAL (Em Cr\$ 1 000 a preços de 1949) (a)	ÍNDICES (Base: 1949=100) (b)	TAXAS DE CRESCIMENTO (c)
1947	17 586,4	95,8	-
1948	17 377,3	94,7	-1,2
1949	18 353,3	100,0	5,6
1950	19 741,9	107,6	7,6
1951	21 587,2	117,6	9,4
1952	23 773,2	129,5	10,1
1953	24 999,1	136,2	5,2
1954	27 257,5	148,5	9,0
1955	28 274,3	154,1	3,7
1956	31 027,9	169,1	9,7
1957	31 485,3	171,6	1,5
1958	32 344,2	176,2	2,7
1959	32 190,7	175,4	-0,5
1960	33 466,5	182,4	4,0
1961	35 678,5	194,4	6,6
1962	39 199,8	213,6	9,9
1963	39 612,1	215,8	1,1
1964	40 057,3	218,3	1,1
1965	42 392,4	231,0	5,8
1966	43 511,6	237,1	2,6
1967	44 043,6	240,0	1,2
1968	48 610,4	264,9	10,4
1969(1)	54 689,7	298,0	12,5
1970(1)	61 201,4	333,5	11,9
1971(1)	65 948,4	359,3	7,8
1972(1)	65 650,0	357,7	-0,5
1973(1)	72 495,8	395,0	10,4

FONTE: DEFLAG FEE

(1) FEE - Projeções preliminares.

Ambas as características assinaladas - de modo especial a primeira, vale dizer, a que se refere à intermitência do processo - parecem ser próprias das economias em que o setor primário desempenha papel proeminente, como é o caso do Rio Grande do Sul, onde as atividades da pecuária e da lavoura ainda são responsáveis pela geração de apreciável porcentagem da renda.

Feitas essas observações preliminares, neste ponto da análise ocorre necessariamente a pergunta: terá sido o crescimento econômico do Estado nos últimos 26 anos suficiente para atender às melhoras de padrão de vida esperadas por sua população? Cumpre tentar responder a esta pergunta e aprofundar um pouco mais a matéria.

Para início de raciocínio, sabe-se que a taxa de aumento demográfico estadual localizou-se por volta de 2,5% ao ano, no período 1950-70. Tomando-a como base², é possível afirmar-se que a economia do Estado deve crescer a um ritmo pelo menos igual àquela porcentagem, com vistas, tão somente, à manutenção do nível de vida real da sua população. Mas, como parece óbvio, esse requisito mínimo pode não ser suficiente para o atendimento das expectati-

² Na realidade, esse percentual foi de 2,4% ao ano. O arredondamento foi feito com vistas à maior simplicidade da exposição.

vas dessa população que na verdade parecem situar-se bem acima do simples crescimento econômico vegetativo, isto porque, ao que tudo indica, a dinâmica das aspirações individuais e coletivas vem sendo orientada no sentido de melhoras substanciais nos padrões de vida vigentes, tendo em vista o permanente bombardeio publicitário que atinge as grandes massas populacionais através dos modernos meios de comunicação postos ao serviço de uma economia de mercado que precisa expandir-se para sobreviver.

Em consequência, parece não haver exagero na afirmação de que esses constantes convites e freqüentes apelos, que atingem aos consumidores até então relativamente marginalizados do processo, tenham provocado neles um sentimento de esperança por níveis de vida mais elevados - em termos não só dos bens e serviços que julgam imprescindíveis ao perfil de demanda que lhes é sugerido, como também de maior quantidade de fontes de ocupação melhor remunerada - os quais somente podem ser satisfeitos com taxas de crescimento econômico bem superiores a do simples crescimento vegetativo.

Aceita essa premissa básica, torna-se possível focalizar as porcentagens de incrementos apresentadas no Quadro nº 01 através da ótica de suas repercussões no nível de vida da população sul-rio-grandense. Com esse objetivo, foram essas taxas classificadas em cinco extratos representativos do desempenho da economia - "ótimo", "bom", "regular", "mau" e "péssimo" - indicando também, cada um deles, a grosso modo, o prazo necessário para a duplicação do nível de renda per capita do Rio Grande do Sul, sob a hipótese de que as taxas em referência se mantivessem mais ou menos estáveis durante todo o período.

Essa análise acha-se apresentada de forma sintética no Quadro nº 02 e nela foram omitidos, por falta de dados, os reflexos que a maior ou menor tendência à concentração da renda, implícita no processo, possa ter provocado sobre aquele nível médio de vida.

A observação mais atenta desse último Quadro permite assinalar que, dos vinte e seis anos compreendidos pelo estudo:

- a) onze apenas foram classificados como de crescimento acima de "regular" - "ótimo" e "bom" - constituindo cerca de 42% de todo o período; e
- b) outros onze foram considerados como de crescimento abaixo de "regular", abrangendo, portanto, idêntica porcentagem desse mesmo lapso de tempo.

QUADRO Nº 02

CLASSIFICAÇÃO DO DESEMPENHO DA ECONOMIA
NO RIO GRANDE DO SUL — 1948-73

TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA GLOBAL (%) (a)	TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA "PER CAPITA" (%) (b)	PRAZO NECESSÁRIO PARA DUPLICAR A RENDA "PER CAPITA" (c)	CLASSIFICAÇÃO DO DESEMPENHO DA ECONOMIA (d)	ANOS DE OCORRÊNCIA (e)
Mais de 10,0	Mais de 7,5	10 anos ou menos	Ótimo	1952, 1968, 1969, 1970 e 1973.
De 7,5 a 10,0	De 5,0 a 7,5	De 10 a 14 anos	Bom	1950, 1951, 1954, 1956, 1962 e 1971.
De 5,0 a 7,5	De 2,5 a 5,0	De 14 a 28 anos	Regular	1949, 1953, 1961 e 1965.
De 2,5 a 5,0	De 0,0 a 2,5	28 anos ou mais	Mau	1955, 1958, 1960 e 1966.
Menos de 2,5	Menos de 0,0	Jamais	Péssimo	1948, 1957, 1959, 1963, 1964, 1967 e 1972.

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística

Na faixa de 5% a 7,5%, vale dizer, a mesma que caracteriza o ritmo médio anual de incremento acumulativo da renda estadual ao longo de todo o período - que foi de 5,6% - situam-se apenas quatro anos, ou sejam, 15% dos exercícios computados.

Por outro lado, focalizando o mesmo problema do ponto de vista de períodos quatrienais, como se faz no Quadro nº 03³, constata-se que somente um quadriênio, o de 1968-71, pode ser classificado como "ótimo", isto é, de excepcional reflexo positivo sobre o nível médio de vida da população gaúcha. Quanto aos demais, ou foram apenas "regulares", como os de 1948-51, 1952-55 e 1960-63, ou simplesmente "maus", como os de 1956-59 e 1964-67, incluindo o biênio 1972-73.

QUADRO Nº 03

CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR PERÍODOS,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1948-73

(Enfoque Quatrienal)

PERÍODOS	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO ACUMULATIVO (a)	CARACTERÍSTICA DO PERÍODO (b)
1948-51	5,3	Industrialização acelerada
1952-55	7,0	Diminuição da produtividade agrícola
1956-59	3,3	Crise da Agricultura
1960-63	5,3	Estagnação do setor primário
1964-67	2,7	Estancamento generalizado
1968-71	10,6	Perspectiva de recuperação
1972-73	4,8	Necessidade de diversificação econômica
1948-73	5,6	

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística

Ainda nesse Quadro nº 03, procura-se identificar cada um dos períodos visualizados com os fatos mais significativos neles ocorridos e que, pelas profundas repercussões que tiveram em geral sobre a economia gaúcha, parece havê-los marcado profundamente do ponto de vista do desempenho do sistema produtivo como um todo.

Com efeito, o quadriênio 1948-51 destaca-se pela elevada taxa de crescimento industrial - em torno de 10,5% ao ano, em média - que provocou o acentuado aumento de mais de 20% na participação do setor na renda estadual, uma vez que esta era de 14,7% em 1947 e passou a ser de 17,8% em 1951.

Já o período 1952-55 parece caracterizar-se por apresentar os primeiros sintomas mais claros de diminuição da produtividade agrícola, tanto no que se refere à lavoura, como no que diz respeito à produção animal e derivados, apesar do aceitável crescimento do setor, cuja taxa foi de 5,3% anuais, em média. Assim, o Quadro nº 04 mostra o fenômeno do ponto de vista da produção média em toneladas por hectare, obtida nos principais produtos da lavoura gaúcha para os quais se dispõe da informação mínima requerida pela análise. Nele nota-se, no período, já de forma clara, a tendência à redução ou à estabilização da produtividade em todas as culturas, devendo-se, ainda, destacar que em muitas delas a baixa foi muito pronunciada nos anos seguintes. De sua parte, o Quadro nº 05 assinala o significativo retrocesso verificado na produção de bovinos e suínos durante esses quatro anos, que provocou profundos reflexos negativos no índice da pecuária em geral, apesar da razoável ascensão da produção de lã ocorrida no quadriênio.

Quanto ao período 1956-59, identifica-se como o que presenciou o pior desempenho da Agricultura como um todo, pois o ritmo de crescimento médio acumulativo anual do setor foi nulo⁴.

Em consequência, tendo em vista a elevada importância relativa das atividades primárias na renda estadual, a taxa global de crescimento econômico do Estado situou-se, neste quadriênio, no baixo nível de 3,3% ao ano, em média, sendo uma das mais reduzidas dentre todas as que constam no Quadro nº 03, muito embora o setor industrial tenha incrementado anualmente sua renda em quase 8% no mesmo período. Esta última constatação conduz ao raciocínio de que talvez não sejam tão significativas, como se pensa de um modo geral, as influências diretas e indiretas que a baixa performance do setor agrícola possa exercer sobre o nível da atividade produtiva dos demais setores.

³ No último período, por achar-se incompleto, tomou-se o biênio 1972-73.

⁴ Na realidade, de acordo com as informações disponíveis, chegou a ser levemente negativo: -0,1%.

⁵ Esse aspecto será analisado com maiores detalhes no Capítulo 3 - "O crescimento dos setores e a renda".

Nos quatro anos seguintes, de 1960 a 1963, a característica mais marcante parece haver sido a continuidade do retrocesso da agricultura que, não conseguindo recuperar-se da crise sofrida no período anterior, permanece mais ou menos estagnada, crescendo a um ritmo muito lento, quase igual, inclusive, ao do próprio aumento demográfico⁶. Contudo, o desempenho da economia em conjunto não chegou a ser totalmente insatisfatório, mantendo-se em torno da taxa anual de 5,3% em média.

QUADRO Nº 04

PRODUTIVIDADE MÉDIA DAS PRINCIPAIS CULTURAS
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-60

ANOS	t/ha					
	ARROZ (a)	FEIJÃO (b)	FUMO (c)	MILHO (d)	SOJA (e)	TRIGO (f)
1947	2,6	0,8	1,1	1,4	1,0	0,9
1948	2,5	0,9	1,1	1,4	1,1	0,7
1949	2,5	0,9	1,0	1,2	1,3	0,6
1950	2,4	0,8	0,9	1,3	1,4	0,8
1951	2,6	1,0	1,0	1,5	1,3	0,6
1952	2,6	0,7	0,9	1,3	1,3	0,8
1953	2,9	0,8	1,1	1,3	1,4	0,8
1954	2,9	0,8	1,0	1,4	1,8	0,8
1955	2,5	0,8	0,9	1,4	1,5	0,9
1956	2,7	0,9	0,9	1,4	1,5	1,0
1957	2,7	0,8	0,8	1,4	1,3	0,8
1958	2,8	0,9	0,9	1,3	1,2	0,4
1959	2,4	0,9	0,9	1,4	1,3	0,5
1960	2,6	0,9	0,8	1,3	1,2	0,6

FONTE: AIDERS, p.60

O quadriênio 1964-67 pode ser considerado como o de estancamento generalizado, isto porque a desaceleração do sistema produtivo gaúcho, que já atingia o setor agrícola há dois períodos, estendeu-se também ao setor industrial e, em consequência, ao setor de serviços. Houve então, de certa forma, um fenômeno de "transmissão em cascata", no sentido de que a redução da velocidade de crescimento - vale dizer, a "frenagem" do processo - atingiu de forma escalonada as atividades primárias, secundárias e terciárias da economia sul-rio-grandense, provocando o escasso crescimento médio de 2,7% ao ano, o mais inexpressivo que figura no Quadro nº 03.

⁶ De conformidade com as estimativas disponíveis, a população cresceu à taxa de 2,0%, em média, e o setor agrícola, à de 2,3%.

QUADRO Nº 05

PRODUÇÃO FÍSICA DA PECUÁRIA E SEUS COMPONENTES
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-62

(Índice: Base 1949=100)

ANOS	BOVINOS (a)	SUÍNOS (b)	LÃ (c)	LEITE (d)	OVOS (e)	PECUÁRIA (1) (f)
1947	86
1948	71
1949	100	100	100	100	100	88
1950	110	106	111	101	104	94
1951	124	137	116	103	109	106
1952	173	250	120	105	114	147
1953	126	185	137	106	120	119
1954	134	169	143	108	125	120
1955	128	169	156	110	131	119
1956	133	177	159	112	137	123
1957	107	217	160	114	144	123
1958	139	216	179	116	150	136
1959	82	170	172	118	157	107
1960	120	127	127	117	165	109
1961	139	243	138	126	183	140
1962	108	242	142	136	192	134

FONTE: AIDERS, p.64

(1) Base: 1939=100.

De sua parte, o período 1968-71 apresenta a elevada porcentagem média anual de crescimento acumulativo de 10,6%, a mais destacada de todas, alcançada graças à excelente - e até certo ponto incomum - performance de todos os setores. Deve-se destacar, no entanto, que esse rendimento excepcional da economia do Rio Grande do Sul no quadriênio em estudo constituiu-se, em última análise e em termos reais, na recuperação pura e simples do "tempo perdido", uma vez que, em termos de renda per capita, o índice do qual partiu - 156, em 1967, como se vê no Quadro nº 06 - era igual ao de 1965 e pouca coisa mais elevado do que o de 1962, ou seja, 153⁸.

No biênio 1972-73, contudo, se a "perspectiva de recuperação" que caracterizou os quatro anos anteriores não chegou a ser totalmente anulada, pelo menos foi consideravelmente empalidecida pelas novas reduções observadas nos níveis da atividade econômica da Agricultura e dos Serviços - de modo especial em 1972 - que impediram a renda global de atingir, sequer, a modesta taxa média de 5% acumulativos anuais. Ocorreu aí, mais uma vez, o fenômeno já identificado anteriormente da intermitência do processo de crescimento econômico do Rio Grande do Sul.

Aliás, vem ao caso repetir que "esse é um fato sobre o qual muito foi chamado a atenção, mas que a ocorrência de uma ou outra taxa expressiva de crescimento da renda era o suficiente para adormecer consciências e até mesmo negá-lo. As causas chegaram a ser colocadas em termos de otimismo e pessimismo, como se essas especulações verbais pudessem iludir a realidade e, num passo de mágica, mudar o curso dos acontecimentos"⁹.

⁷ EDERGS, v.1, cap.1 - A idéia original já se acha aí mencionada, apenas referida ao período 1958-68.

⁸ Deve-se destacar, no entanto, que ao longo dos 24 anos que vão de 1949 a 1973 a taxa média anual de crescimento acumulativo da renda per capita do Rio Grande do Sul foi de 3,5% aproximadamente, o que vem a ser um desempenho "regular" da economia, de acordo com o padrão de classificação adotado.

⁹ EDERGS, v.1, cap.1

QUADRO Nº 06

EVOLUÇÃO DA RENDA PER CAPITA NO RIO GRANDE DO SUL — 1949-67

(Índices: Base - 1949=100)

ANOS	RENDA	POPULAÇÃO	RENDA
	(a)		PER CAPITA
		(b)	(c)
1949	100	100	100
1950	108	103	105
1951	118	106	111
1952	130	108	120
1953	136	111	123
1954	149	114	131
1955	154	117	132
1956	169	121	140
1957	172	124	139
1958	176	127	139
1959	175	131	134
1960	182	134	136
1961	194	137	142
1962	214	140	153
1963	216	142	152
1964	218	145	150
1965	231	148	156
1966	237	151	157
1967	240	154	156
1968	265	157	169
1969	298	161	185
1970	334	164	204
1971	359	167	215
1972	358	170	211
1973	395	174	227

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística

QUADRO Nº 07

CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR PERÍODOS,

NO RIO GRANDE DO SUL — 1948-73

(Enfoque cíclico)

PERÍODOS	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO	CARACTERÍSTICAS DO PERÍODO
	ACUMULATIVO	
	(a)	(b)
1948-59	5,2	Desaceleração do crescimento
1960-67	4,0	Estancamento do processo
1968-73	8,7	Perspectiva de recuperação
1948-73	5,6	

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística

Abandonando-se o enfoque *quatrienal* e passando-se a abordar o problema de um ponto de vista mais amplo, deve-se ressaltar que a análise mais acurada da evolução econômica do Estado ao longo dos últimos 26 anos torna possível a identificação de três períodos cíclicos bem definidos, como consta do Quadro nº 07: o primeiro, de 1948 a 1959, com a taxa média anual de crescimento geométrico de 5,2%; o segundo, de 1960 a 1967, com esse ritmo de incremento retraindo-se para 4,0%; e o terceiro, 1968-73, mostrando um revigoramento sensível da economia gaúcha, com a porcentagem de aumento anual de 8,7%¹⁰

Em termos de sua intensidade média de crescimento (5,2%), o período de 1948 a 1959 situou-se próximo da média geral dos 26 anos, que foi, como se sabe, de 5,6%, podendo ser classificado de "regular" conforme os critérios anteriormente empregados. Sua taxa máxima ocorreu no ano de 1952 (10,1%), muito embora possam ser considerados "bons", em termos de renda global e per capita, os rendimentos obtidos em 1950 (7,6%), 1951 (9,4%), 1954 (9,0%) e 1956 (9,7%). Esses doze anos parecem caracterizar-se por uma desaceleração do processo de crescimento econômico do Estado, bastante nítida principalmente no subperíodo 1951-59.

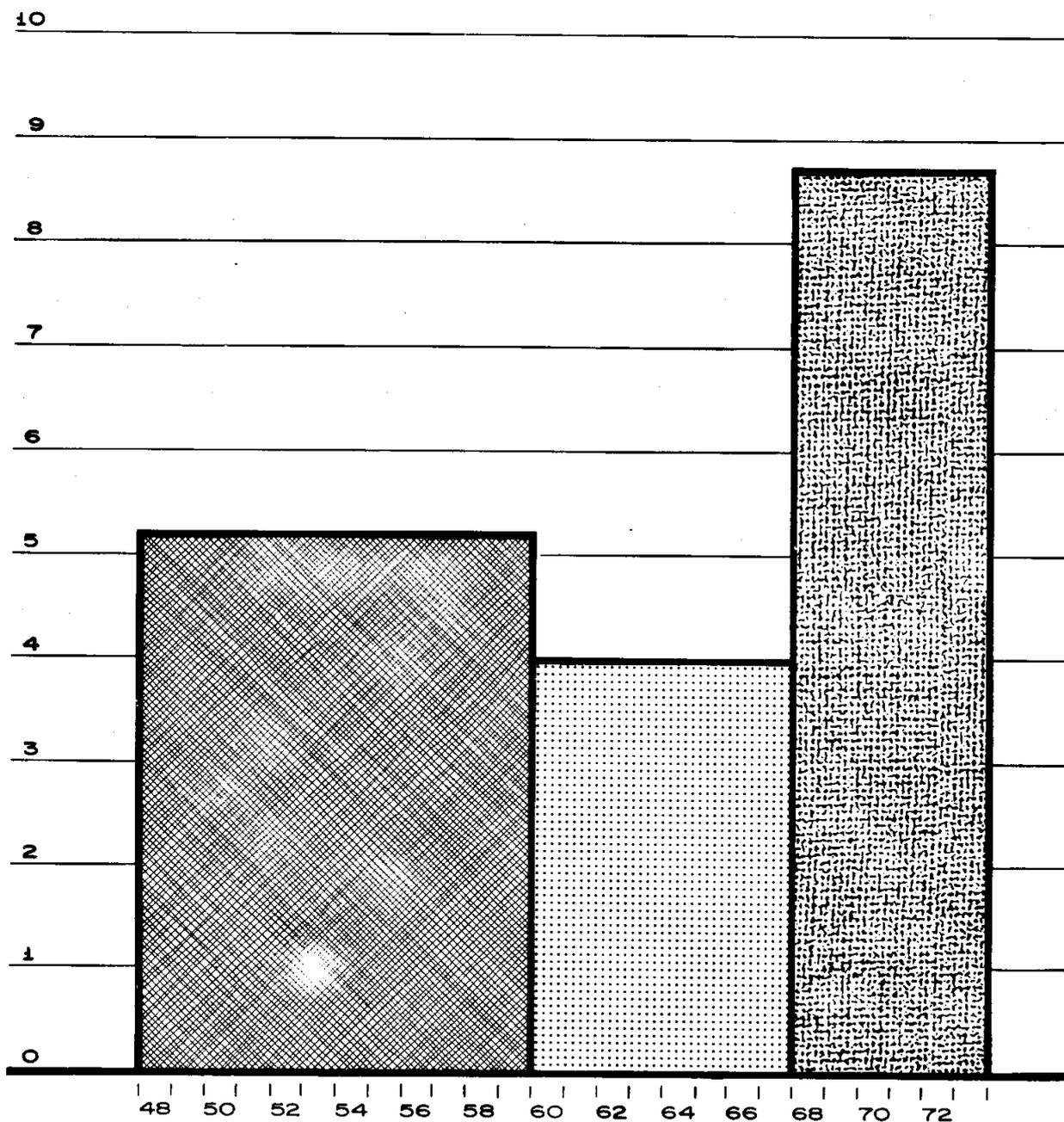
Os anos de 1960 a 1967, por seu lado, identificam-se com um certo estancamento desse processo. Attingiram o seu ápice em 1962, com a taxa de 9,9%, registrando aí, apenas nesse ano, a única performance da renda global digna de destaque. A estagnação do setor primário (1960-63) e o estancamento econômico generalizado (1964-67) parecem haver marcado profundamente a fisionomia deste período que, em síntese, pode ser qualificado de "mau" na classificação seguida.

Já o ciclo que vai de 1968 a 1973 mostra uma acentuada perspectiva de recuperação econômica do Rio Grande do Sul e alcança, em média, a elevada taxa de 8,7% de incremento anual. Contudo, não se pode deixar de chamar a atenção para o fato de que, ao lado de desempenhos verdadeiramente excepcionais da renda - como os do triênio 1968-70, com cerca de 11,5% anuais e o do ano de 1973, com 10,4% - verificou-se um retrocesso em 1972, com a variação negativa da renda da ordem de -0,5%. Esta última observação parece confirmar a necessidade de serem adotadas medidas conscientes e sistemáticas de política econômica no Estado com vistas às soluções mais adequadas ao processo produtivo do Rio Grande do Sul, de modo a, senão eliminar, pelo menos amenizar ao máximo os efeitos desastrosos que a descontinuidade do comportamento do seu nível de atividade econômica provoca no nível da renda das pessoas que habitam esta parte do país.

¹⁰ Ao que tudo indica - e isso parece ser uma consequência lógica e imediata do presente trabalho - torna-se imprescindível a realização posterior de um estudo mais pormenorizado sobre os "ciclos" da economia gaúcha, o que não se faz no momento pela ausência de pesquisas mais cuidadosas a respeito do assunto.

GRÁFICO 01
RENDIA INTERNA POR PERÍODOS NO RS
1948-73
(ENFOQUE CÍCLICO)

TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO ACUMULATIVO



CAPÍTULO II

As mudanças estruturais do sistema produtivo

Analisando-se a evolução da estrutura produtiva estadual ao longo do período 1947-73, constata-se com relativa facilidade que o setor secundário cresceu de forma mais pronunciada do que os demais, acompanhando - ainda que de maneira bem menos acentuada - o fenômeno geral de industrialização que caracterizou o desenvolvimento brasileiro no pós-guerra.

Com efeito, ao observar-se o Quadro nº 08, constata-se que, enquanto a renda da Indústria cresceu quase seis vezes, a da Agricultura apenas triplicou e a dos Serviços aumentou pouco mais de 4,5 vezes. Comparados esses desempenhos setoriais com o da renda global do Rio Grande do Sul nos últimos 26 anos - cujo crescimento foi cerca de quatro vezes - nota-se, ainda, que o ritmo de aumento do setor terciário foi também superior ao da média da economia, ficando as atividades primárias com a mais baixa performance do período analisado.

Em outras palavras, levando-se em conta essas relações aproximadas entre os comportamentos dos diferentes setores produtivos e considerando-se o crescimento da renda global como equivalente à unidade, pode-se dizer que, a "grosso modo":

- a) o aumento da Agricultura foi de 0,75;
- b) o da Indústria, de 1,5;
- c) o dos Serviços, de 1,125.

Esse mesmo fenômeno pode ser visualizado de modo ainda mais fácil e preciso no Quadro nº 09, cujos índices, elaborados a partir do Quadro anterior e com base em 1949, assinalam a seguinte correspondência setorial para cada 100 unidades de incremento da renda global do Estado:

- a) 123 na Indústria;
- b) 110 nos Serviços;
- c) 78 na Agricultura.

Aliás, a respeito desse baixo desempenho do setor primário cumpre assinalar que ele se acha suficientemente ilustrado no mesmo Quadro nº 09, de onde é possível extrair um bom exemplo dos dados disponíveis para a década de 1950: enquanto o índice de 1953 era de aproximadamente 136, o de 1961, oito anos depois, voltou a ser de menos de 139.

QUADRO Nº 08

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73

A N O S	VALORES EM Cr\$ 1 000 A PREÇOS DE 1949			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	7 203,3	2 578,3	7 804,8	17 586,4
1948	6 782,4	2 826,4	7 768,5	17 377,3
1949	6 967,0	3 006,5	8 319,8	18 353,3
1950	7 443,0	3 515,2	8 783,7	19 741,9
1951	8 140,1	3 847,2	9 599,9	21 587,2
1952	8 996,1	4 101,1	10 676,0	23 773,2
1953	9 448,7	4 576,2	10 974,2	24 999,1
1954	10 208,8	4 770,7	12 277,8	27 257,3
1955	10 687,7	4 836,6	12 750,0	28 274,3
1956	11 958,0	5 260,3	13 809,6	31 027,9
1957	10 752,3	5 354,6	15 378,4	31 485,3
1958	10 411,4	6 254,3	15 678,5	32 344,2
1959	10 645,1	6 489,4	15 056,2	32 190,7
1960	9 522,0	6 992,0	16 952,5	33 466,5
1961	9 665,4	7 618,5	18 394,6	35 678,5
1962	11 709,6	8 096,3	19 393,9	39 199,8
1963	11 673,8	7 916,7	20 021,6	39 612,1
1964	11 643,9	8 106,6	20 306,8	40 057,3
1965	13 707,5	8 037,8	20 647,1	42 392,4
1966	12 973,1	8 370,1	22 168,4	43 511,6
1967	13 324,8	8 246,7	22 562,1	44 043,6
1968	14 007,7	9 715,4	24 887,3	48 610,4
1969	16 855,9	10 457,8	(1)27 376,0	(1)54 689,7
1970(1)	18 527,0	11 461,7	31 212,7	61 201,4
1971(1)	19 683,9	12 630,8	33 633,7	65 948,4
1972(1)	17 592,9	13 919,1	34 138,0	65 650,0
1973(1)	21 326,6	14 921,3	36 247,9	72 495,8

FONTE: DEFLAG FEE

(1) FEE - Projeções Preliminares.

QUADRO Nº 09

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73

A N O S	ÍNDICES-BASE: 1949=100			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	103,4	84,1	93,8	95,8
1948	97,4	92,2	93,4	94,7
1949	100,0	100,0	100,0	100,0
1950	106,8	114,6	105,6	107,6
1951	116,8	125,5	115,4	117,6
1952	129,1	133,7	128,3	129,5
1953	135,6	149,2	131,9	136,2
1954	146,5	155,6	147,6	148,5
1955	153,4	157,7	153,2	154,1
1956	171,6	171,5	166,0	169,1
1957	154,3	174,6	184,8	171,6
1958	149,4	204,0	188,4	176,2
1959	152,8	211,6	181,0	175,4
1960	136,7	228,0	203,8	182,4
1961	138,7	248,4	221,1	194,4
1962	168,1	264,0	233,1	213,6
1963	167,6	258,2	240,7	215,8
1964	167,1	264,1	244,1	218,3
1965	196,7	262,1	248,2	231,0
1966	186,2	273,0	266,5	237,1
1967	190,0	268,9	271,2	240,0
1968	201,1	316,8	299,1	269,9
1969	241,9	341,0	(1)329,1	(1)298,0
1970(1)	265,9	373,8	375,2	333,5
1971(1)	282,5	411,9	404,3	359,3
1972(1)	252,5	453,9	410,3	357,7
1973(1)	306,1	486,6	435,7	395,0

FONTE: DEFLAG FEE

(1) FEE - Projeções Preliminares.

Em consequência do que foi dito anteriormente, ocorreram algumas modificações de relativa importância na estrutura produtiva do Estado. Assim é que a Indústria e os Serviços aumentaram sua participação na renda global - ambas às custas da Agricultura - passando de cerca de 15% e 44%, em 1947, para 21% e 50% respectivamente, em 1973. Como parece lógico, a Agricultura, por sua vez, diminuiu a sua importância percentual de 41% para 29%, em idêntico período, como é possível ver no Quadro nº 10.

QUADRO Nº 10

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73

A N O S	C O M P O S I Ç Ã O P O R C E N T U A L			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	40,9	14,7	44,4	100,0
1948	39,0	16,3	44,7	100,0
1949	38,0	16,7	45,3	100,0
1950	37,7	17,8	44,5	100,0
1951	37,7	17,8	44,5	100,0
1952	37,8	17,3	44,9	100,0
1953	37,8	18,3	43,9	100,0
1954	37,5	17,5	45,0	100,0
1955	37,8	17,1	45,1	100,0
1956	38,5	17,0	44,5	100,0
1957	34,2	17,0	48,8	100,0
1958	32,2	19,3	48,5	100,0
1959	33,1	20,1	46,8	100,0
1960	28,4	20,9	50,7	100,0
1961	27,1	21,3	51,6	100,0
1962	29,9	20,6	49,5	100,0
1963	29,5	20,0	50,5	100,0
1964	29,1	20,2	50,7	100,0
1965	32,3	19,0	48,7	100,0
1966	29,8	19,2	51,0	100,0
1967	30,1	18,7	51,2	100,0
1968	28,8	20,0	51,2	100,0
1969	30,8	19,1	(1)50,1	(1)100,0
1970(1)	30,3	18,7	51,0	100,0
1971(1)	29,8	19,2	51,0	100,0
1972(1)	26,8	21,2	52,0	100,0
1973(1)	29,4	20,6	50,0	100,0

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 08

(1) FEE - Projeções preliminares.

Aliás, deve-se registrar que - em linhas gerais e de modo especial no que se refere à relativa inversão de papéis entre os setores primário e secundário - essa tendência é muito semelhante à constatada na economia nacional em sua etapa de desenvolvimento posterior ao término do último conflito mundial como será visto, mais adiante, com maiores detalhes neste mesmo documento.

Um outro fato que o Quadro nº 10 mostra com bastante clareza é o de que as mudanças estruturais antes mencionadas tiveram lugar fundamentalmente no período 1947-63, mais precisamente nos últimos anos da década de 1950 e primeiros da de 1960. Com efeito, a análise dos dados apresentados nesse Quadro permite afirmar que, a partir do biênio 1962-63, o perfil da renda estadual por setores de origem permaneceu mais ou menos inalterado, sendo a

QUADRO Nº 11

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM
E POR PERÍODOS, NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73

(Enfoque Quatrienal)

PERÍODOS	EM Cr\$ 1 000 A PREÇOS DE 1949			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	7 203,3	2 578,3	7 804,8	17 586,4
1948-51	29 332,5	13 255,3	34 471,9	77 059,7
1952-55	39 341,3	18 284,6	46 678,0	104,303,9
1956-59	43 766,8	23 358,6	59 922,7	127 048,1
1960-63	42 570,8	30 623,5	74 762,6	147 956,9
1964-67	51 559,3	32 761,2	85 684,4	170 004,9
1968-71	69 074,5	44 265,7	117 109,7	230 449,9
1972-73	38 919,5	28 840,4	70 385,9	138 145,8

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 08

QUADRO Nº 12

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM
E POR PERÍODOS, NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73

(Enfoque Quatrienal)

PERÍODOS	COMPOSIÇÃO PORCENTUAL			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	40,9	14,7	44,4	100,0
1948-51	38,1	17,2	44,7	100,0
1952-55	37,7	17,5	44,8	100,0
1956-59	34,4	18,4	47,2	100,0
1960-63	28,8	20,7	50,5	100,0
1964-67	30,3	19,3	50,4	100,0
1968-71	30,0	19,2	50,8	100,0
1972-73	28,2	20,9	50,9	100,0

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 11

composição percentual de 1973 praticamente a mesma daquele biênio, ou seja: 30% para a Agricultura, 20% para a Indústria e 50% para os Serviços, em números redondos.

Por outro lado, se o problema das modificações ocorridas na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul for abordado do ponto de vista do enfoque quatrienal já utilizado na seção anterior, torna-se relevante assinalar que o período mais significativo é o de 1960-63 no sentido de que foi nele que o perfil setorial da renda estadual definiu-se com traços bem nítidos em termos de que é hoje; de lá para cá, salvo pequenas oscilações, a estrutura tem-se mantido constante.

Os Quadros nº 11 e 12 permitem confirmar esta observação. Cumpre esclarecer, contudo, que o primeiro deles foi elaborado com os montantes acumulados dos produtos global e setoriais de cada período - e não com as médias anuais, como também poderia ser feito - e aqui aparece, apenas para transmitir uma idéia da evolução e magnitude das variáveis em estudo, uma vez que suas cifras, apesar de estarem expressas em milhares de cruzeiros a preços constantes de 1949, possuem pouca utilidade analítica. O outro Quadro, no entanto, o de nº 12, confeccionado a partir

QUADRO Nº 13

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM
E POR PERÍODOS, NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73
(Enfoque Cíclico)

PERÍODOS	EM Cr\$ 1 000 A PREÇOS DE 1949			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	7 203,3	2 578,3	7 804,8	17 586,4
1948-59	112 440,6	54 898,5	141 072,6	308 411,7
1960-67	94 130,1	63 384,7	160 447,0	317 961,8
1968-73	107 994,0	73 106,1	187 495,6	368 595,7

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 08

QUADRO Nº 14

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM
E POR PERÍODOS, NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73
(Enfoque Cíclico)

PERÍODO	COMPOSIÇÃO PORCENTUAL			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	40,9	14,7	44,4	100,0
1948-59	36,5	17,8	45,7	100,0
1960-67	29,6	19,9	50,5	100,0
1968-73	29,3	19,8	50,9	100,0

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 13

do anterior, parece corroborar inteiramente a afirmação anterior, pois o perfil da estrutura produtiva no quadriênio 1960-63 - 28,8% da venda gerada na Agricultura, 20,7% na Indústria e 50,5% nos Serviços - é quase o mesmo no biênio 1972-73: 28,2%, 20,9% e 50,9%, respectivamente.

Nota-se, ainda, neste último Quadro, a particularidade de que a diminuição da importância relativa da Agricultura ocorreu com mais intensidade no período 1960-63 e o aumento da participação percentual da Indústria no quadriênio 1948-51, vale dizer, naqueles caracterizados como de "estagnação do setor primário" e de "industrialização acelerada", respectivamente, no primeiro capítulo deste trabalho.

Da ótica do enfoque cíclico - também já empregado anteriormente - Os Quadros nº 13 e 14 conduzem ao mesmo raciocínio exposto na análise quatrienal, com a diferença, apenas, de que dizem respeito a períodos mais extensos, estando neles contidas as etapas menores antes referidas. Desse modo, particularmente através do Quadro nº 14, pode-se verificar que o ciclo de 1948 a 1959, de modo especial no que diz respeito ao seu primeiro quadriênio, presenciou a mais importante ascensão relativa da Indústria como geradora da renda no Estado, enquanto o de 1960-67, principalmente em sua primeira metade, assistiu à redução percentual mais significativa da contribuição da Agricultura a essa renda.

¹ O Quadro nº 13, a exemplo do nº 11, foi construído com os montantes acumulados de cada período.

Parece oportuno, neste ponto da análise, formular algumas indagações a respeito do assunto que vem sendo tratado:

- a) Estarão relacionados entre si **esses dois fenômenos**, o do maior índice de crescimento relativo da Indústria, no período 1948-59, e o da redução mais intensa da importância porcentual da Agricultura, no período 1960-67?
- b) Haverá, além disso, algum **relacionamento** entre tais fenômenos, de um lado, e o comportamento do produto estadual, de outro?
- c) Qual o grau de dependência que a Indústria mantém com referência à Agricultura e vice-versa?
- d) A economia gaúcha é mais sensível, de um modo geral, ao desempenho da Agricultura ou ao da Indústria?
- e) Que papel tem sido reservado aos Serviços no processo de crescimento econômico do Rio Grande do Sul?

A tentativa de buscar respostas a essas e a outras perguntas correlatas constitui o objetivo da análise a ser efetuada na seguinte seção do presente documento.

CAPÍTULO III

O crescimento dos setores e a renda

Quanto à primeira pergunta, a resposta talvez seja a de que aparentemente inexistente qualquer relação mais estreita entre ambos os fatos, pelo menos no sentido em que foi posta a questão.

Em primeiro lugar, porque o longo prazo decorrido entre um fenômeno e outro parece prejudicar, em princípio, o raciocínio de que tenha havido alguma vinculação de natureza mais próxima entre esses dois comportamentos opostos. Com efeito, do quadriênio 1948-51, em que se deu a ascensão porcentual mais pronunciada do Setor Secundário - de mais de 17% a partir de 1947 - até o quadriênio de 1960-63, em que se verificou o retrocesso relativo de maior significação do Setor Primário - de mais de 16% - tomando-se 1956-59 como base¹ - passaram-se mais de dez anos, um período bastante grande, sem dúvida o suficiente para invalidar qualquer ilação de causalidade entre os dois desempenhos.

Note-se, ainda, que no quadriênio 1948-51, o da grande expansão porcentual da Indústria, esta cresceu à taxa média anual acumulativa de 10,5%, inquestionavelmente muito acima da média dos últimos 26 anos (7,0%), enquanto a Agricultura aumentou, nesse quadriênio, a um ritmo inferior ao do grande período 1947-73, ou seja, 3,1% contra 4,3%. No entanto, na etapa 1960-63, a de grande retrocesso relativo da Agricultura, muito embora a velocidade de crescimento deste setor - de 2,3% anuais, em média - tenha se situado igualmente abaixo da que alcançou ao longo destas duas décadas e meia (4,3%), a Indústria também apresentou desempenho análogo, pois sua taxa no quadriênio foi de 5,1% apenas, contra 7% no longo período.

Tais constatações efetuadas a partir do Quadro nº 15, significam, em outras palavras, que, evidentemente, em ambos os casos, para que aumentasse a participação relativa da Indústria e diminuísse a da Agricultura na renda estadual, o ritmo de aumento anual acumulativo daquela deveria ter sido necessariamente mais acentuado do que o desta. E foi isso o que ocorreu, sem dúvida, como se pode observar naquele Quadro e no de nº 16, que focaliza o problema do ponto de vista cíclico: com as únicas exceções dos quadriênios 1952-55 e 1964-67, a taxa anual de crescimento médio acumulativo do Setor Secundário foi sempre superior a do Setor Primário.

Mas o mais digno de atenção a esse respeito é o fato de que, de um modo geral - como parece óbvio, aliás - nos períodos em que aquele setor ganhou posição relativa de forma mais intensa (1948-51, 1956-59, 1960-63 e 1972-73), sua porcentagem média de aumento anual foi bem superior a deste². Ao que tudo indica, tal comportamento mos-

¹ Esta porcentagem e a imediatamente anterior foram obtidas dos dados constantes do Quadro nº 12.

² O leitor pode observar de maneira muito clara o fenômeno mencionado através da comparação das taxas de crescimento que figuram no Quadro nº 15 com as mudanças estruturais implícitas no Quadro nº 12.

tra que os ganhos da Indústria foram devidos, antes de mais nada, ao baixo desempenho da Agricultura ao longo do período em estudo, com a única ressalva do quadriênio 1968-71, em que esta aumentou ao ritmo médio anual altamente expressivo de 10,4%, mesmo assim abaixo do da Indústria, que foi de 11,3%.³ Quanto a outros aspectos, parece não existir qualquer relação de causalidade mais direta entre os fenômenos ocorridos nos dois quadriênios comparados.

QUADRO Nº 15

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM E POR PERÍODOS,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73
(Enfoque Quatrienal)

PERÍODOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1948-51	3,1	10,5	5,3	5,3
1952-55	7,0	5,9	7,4	7,0
1956-59	-0,1	7,6	4,2	3,3
1960-63	2,3	5,1	7,4	5,3
1964-67	3,2	1,0	3,0	2,7
1968-71	10,4	11,3	10,5	10,6
1972-73	4,1	8,7	3,8	4,8
1948-73	4,3	7,0	6,1	5,6

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 08

QUADRO Nº 16

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM E POR PERÍODOS,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73
(Enfoque Cíclico)

PERÍODOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1948-59	3,3	8,0	5,6	5,2
1960-67	2,8	3,0	5,2	4,0
1968-73	8,3	10,4	8,2	8,7
1948-73	4,3	7,0	6,1	5,6

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 08

Aliás, se se aprofunda um pouco mais no problema, chega-se inclusive à conclusão de que o enfoque de análise mais adequado para o estudo das verdadeiras causas da mudança estrutural que vêm acontecendo entre a Agricultura e a Indústria na economia gaúcha deveria ser o da observação mais atenta dos anos em que tais modificações assumiram maior relevância, seja do ponto de vista da maior participação porcentual da Indústria, seja do da maior queda relativa da Agricultura.

Com efeito, o Quadro nº 17, elaborado com dados dos anos em que foram mais altas as variações, para maior, da participação da Indústria na renda estadual - 1948, 1958, 1968 e 1972 - e em que se mostraram mais bruscas as oscilações, para menor, da participação da Agricultura nessa renda - 1957, 1960, 1966 e 1972 - permite notar que:

a) em todos eles, com exceção de 1968, a taxa de crescimento da Agricultura foi negativa (coluna "d");

³ Em certo sentido, pode-se pensar, inclusive, em que talvez não tenha sido tão baixo o desempenho da Agricultura, com uma taxa de crescimento de 4,3% ao ano, em média, durante os 26 anos focalizados, isso porque a elasticidade da demanda de um e de outro setor poderia responder também, em última análise, por suas diferenças de ritmo.

- b) em todos eles, sem exceção, a taxa de crescimento da Indústria foi positiva (coluna "e");
- c) somente em um ano, o de 1972, ocorreram, simultaneamente, uma grande variação para menor na Agricultura (-10,1% na coluna "a") e uma grande variação para maior na Indústria (+10,4% na coluna "b");
- d) os anos em que a ascensão relativa do Setor Secundário foi mais destacada coincidiram sempre com taxas de crescimento próprio muito elevadas (1948, 1958, 1968 e 1972, na coluna "e"), mas nem sempre com os mais baixos ritmos de incremento do Setor Primário (1948, 1958 e 1968, na coluna "d");
- e) os anos em que a queda relativa da Agricultura foi mais acentuada coincidiram em geral com taxas altamente negativas de crescimento do setor (1957, 1960 e 1972, na coluna "d"), nem sempre, porém, com altos ritmos de aumento da Indústria (1957 e 1960, na coluna "e").

Em conclusão, com vistas a responder melhor àquela primeira pergunta, esta última análise parece confirmar o que foi dito anteriormente, no sentido de que os ganhos de posição relativa da Indústria deveram-se, antes de tudo, ao mais baixo desempenho da Agricultura, mas, além disso - e o que é mais importante - permite acrescentar que foram motivados também, ainda que em menor dose, pela boa performance da própria Indústria, bem mais estável do que a da Agricultura, como se pode ver na longa série de dados referente aos ritmos de crescimento anual de ambos os setores, apresentada no Quadro nº 18⁴.

No que tange à segunda pergunta, isto é, a da existência ou não de algum relacionamento entre a mudança constatada na estrutura produtiva e o comportamento do produto estadual, a resposta já parece insinuar-se através das últimas observações formuladas. De fato, nota-se que nos anos onde as modificações estruturais foram mais nítidas - os que figuram no Quadro nº 17 - o desempenho da economia como um todo, em termos de sua velocidade de crescimento, foi muito variado, apresentando taxas negativas e positivas de diferentes intensidades. Isso leva à necessidade de penetrar um pouco mais no estudo, por meio da comparação ano a ano, entre as intensidades da mudança na composição setorial da renda e do ritmo de crescimento dessa magnitude, como se faz no Quadro nº 19.

Ao que tudo indica, esse Quadro sugere que tais modificações estruturais não exerceram influência de grande relevo no desempenho da economia gaúcha, pois, como se pode nele observar:

- a) em certos anos - como 1951, 1954, 1956, 1970 e 1971 - altas taxas de crescimento global foram coincidentes com mudanças de estrutura pouco expressivas;
- b) em alguns, ao contrário, ambos os fenômenos coincidiram, como em 1968, 1969 e 1973;
- c) em outros, finalmente, reduzidas taxas de aumento da renda estadual ocorreram simultaneamente com variações estruturais de grande significação, como em 1948, 1957, 1958, 1960, 1966 e 1972.

Em consequência, torna-se possível afirmar que, tal como foi colocada a pergunta, sem a imprescindível qualificação a respeito da natureza e causas da mudança em análise, a resposta é negativa, no sentido de não haver, pelo menos no curto prazo, maior grau de dependência entre ambos os fenômenos, o de modificações na estrutura setorial da renda e o de sua intensidade de crescimento. Deve-se ressaltar, no entanto, que a conclusão acima não nega a eventual ilação que possa haver entre baixas taxas de aumento da Agricultura e da renda global, assunto que será tratado mais adiante, quando for focalizada a questão levantada na quarta pergunta, a que versa sobre o grau de sensibilidade da economia do Rio Grande do Sul no que respeita ao desempenho desse setor e da Indústria.

Quanto à terceira indagação - a da eventual influência do Setor Primário sobre o Secundário e vice-versa - os três últimos Quadros apresentados parecem trazer alguma luz sobre o assunto. Com efeito, de modo especial no de nº 18, é fácil verificar-se a ausência de qualquer sintoma indicativo de interligações mais imediatas entre as performances de ambas as atividades. Ao contrário, para citar apenas alguns poucos exemplos, constata-se que:

- a) nos anos de 1948, 1949, 1958, 1960, 1961 e 1972, muito embora as taxas de aumento da Agricultura tenham sido negativas ou muito baixas, a Indústria cresceu a taxas bem altas, algumas, inclusive, excepcionalmente elevadas;
- b) nos anos de 1952, 1954, 1962 e 1965, ao contrário, a Agricultura cumpriu destacado desempenho, mas não induziu a Indústria a um ritmo satisfatório de atividade, podendo as taxas desta última serem classificadas, até mesmo, como anormalmente reduzidas;
- c) em 1951, 1956, 1968, 1969, 1970 e 1973, por outro lado, ambos os setores cresceram acima de suas médias do período de 1947-73 e a economia, em conjunto, apresentou rendimento muito elevado em termos de seu produto interno;
- d) em 1957, 1959, 1963, 1964, 1966 e 1967, finalmente, presencia-se outro tipo de comportamento relativo: as duas atividades produtivas obtiveram simultaneamente escassas ou negativas taxas de incremento, o mesmo ocorrendo, como parece lógico, com a renda global do Estado.

⁴ Vale a pena chamar mais uma vez a atenção para o fato de que, em termos de suas taxas de crescimento, o comportamento relativo de ambos os setores - Primário e Secundário - pode haver sido condicionado em maior ou menor grau pelas respectivas elasticidades de demanda.

QUADRO Nº 17

MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA E TAXAS SETORIAIS DE CRESCIMENTO EM ALGUNS ANOS
NO RIO GRANDE DO SUL — 1948-1972

ANOS	VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DA RENDA ESTADUAL (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO (%)			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Agricultura (d)	Indústria (e)	Serviços (f)	Total (g)
1948	- 4,7	+10,9	+ 0,5	- 5,8	+ 9,6	- 0,5	- 1,2
1957	-11,2	0,0	+ 9,7	-10,1	+ 1,8	+11,4	+ 1,5
1958	- 5,9	+13,5	- 0,6	- 3,2	+16,8	+ 2,0	+ 2,7
1960	-14,2	+ 4,0	+ 8,4	-10,6	+ 7,8	+12,6	+ 4,0
1966	- 7,7	+ 1,1	+ 4,7	- 5,4	+ 4,1	+ 7,4	+ 2,6
1968	- 4,3	+ 7,0	0,0	+ 5,8	+17,8	+10,3	+10,4
1972	-10,1	+10,4	+ 2,0	-10,6	+10,2	+ 1,5	- 0,5

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística.

QUADRO Nº 18

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73

ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947
1948	- 5,8	9,6	- 0,5	- 1,2
1949	2,7	8,5	7,1	5,6
1950	6,8	14,6	5,6	7,6
1951	9,4	9,4	9,3	9,4
1952	10,5	6,6	11,2	10,1
1953	5,0	11,6	2,8	5,2
1954	8,0	4,3	11,9	9,0
1955	4,7	1,4	3,9	3,7
1956	11,9	8,8	8,3	9,7
1957	-10,1	1,8	11,4	1,5
1958	- 3,2	16,8	2,0	2,7
1959	2,3	3,8	- 4,0	- 0,5
1960	-10,6	7,8	12,6	4,0
1961	1,5	9,0	8,5	6,6
1962	21,2	6,3	5,4	9,9
1963	- 0,3	- 2,2	3,2	1,1
1964	- 0,3	2,4	1,4	1,1
1965	17,7	- 0,9	1,7	5,8
1966	- 5,4	4,1	7,4	2,6
1967	2,0	- 1,5	1,8	1,2
1968	5,8	17,8	10,3	10,4
1969	20,3	7,6	(1)10,0	(1)12,5
1970 (1)	9,9	9,6	14,0	11,9
1971 (1)	6,2	10,2	7,8	7,8
1972 (1)	-10,6	10,2	1,5	- 0,5
1973 (1)	21,2	7,2	6,2	10,4

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 08

(1) FEE - Projeções Preliminares.

QUADRO Nº 19

VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SETORIAL NA RENDA ESTADUAL E TAXA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO
NO RIO GRANDE DO SUL — 1948-73

ANOS	VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA RENDA ESTADUAL (%)			TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA ESTADUAL (%)
	Agricultura	Indústria	Serviços	
1948	- 4,7	+10,9	+ 0,7	- 1,2
1949	- 2,6	+ 2,5	+ 1,3	+ 5,6
1950	- 0,8	+ 6,6	- 1,8	+ 7,6
1951	0,0	0,0	0,0	+ 9,4
1952	+ 0,3	- 0,6	+ 0,9	+10,1
1953	0,0	+ 5,6	- 2,2	+ 5,2
1954	- 0,8	- 4,4	+ 2,5	+ 9,0
1955	+ 0,8	- 2,3	+ 0,2	+ 3,7
1956	+ 1,9	- 0,6	- 1,3	+ 9,7
1957	-11,2	0,0	+ 9,7	+ 1,5
1958	- 5,9	+13,5	- 0,6	+ 2,7
1959	+ 2,8	+ 4,2	- 3,5	- 0,5
1960	-14,2	+ 4,0	+ 8,3	+ 4,0
1961	- 4,6	+ 1,9	+ 1,8	+ 6,6
1962	+10,3	- 3,3	- 4,1	+ 9,9
1963	- 1,3	- 2,9	+ 2,0	+ 1,1
1964	- 1,4	+ 1,0	+ 0,4	+ 1,1
1965	+11,0	- 5,9	- 3,9	+ 5,8
1966	- 7,7	+ 1,1	+ 4,7	+ 2,6
1967	+ 1,0	- 2,6	+ 0,4	+ 1,2
1968	- 4,3	+ 7,0	0,0	+10,4
1969	+ 6,9	- 4,5	- 2,2	+12,5
1970	- 1,6	- 2,1	+ 1,8	+11,9
1971	- 1,7	+ 2,7	0,0	+ 7,8
1972	-10,1	+10,4	+ 2,0	- 0,5
1973	+ 9,7	- 2,8	- 3,9	+10,4

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística.

Em consequência, dados os matizes extremamente variados desses comportamentos relativos - em que não transparecem, de nenhum modo, desempenhos induzidos entre os dois setores - torna-se possível responder negativamente à pergunta, acrescentando, ainda, que uma baixa performance da Agricultura não leva necessariamente a um mau desempenho da Indústria, nem vice-versa; e mais, uma notável ascensão da produção agrícola não leva forçosamente a atividade de transformação a aumentar de forma excepcional o seu ritmo de produção⁵.

Passando à quarta questão formulada, deve-se assinalar que a análise dos dados incluídos no mesmo Quadro nº 18 facilita uma resposta sem dúvida muito mais positiva no que diz respeito à Agricultura do que à Indústria. Em outras palavras, isso significa que a economia gaúcha é mais sensível, de um modo geral, ao desempenho do Setor Primário do que ao do Secundário. De fato, nota-se com suficiente clareza que:

⁵ Isso não significa, contudo, que as influências diretas e indiretas do desempenho da Agricultura sobre o da Indústria sejam totalmente despidas de importância. O que parece claro, isso sim, é que o grau de autonomia da Indústria em relação aos limites mínimo e máximo da Agricultura tem sido bem maior do que se pensou até o momento.

a) nos períodos de 1957-60 e 1966-67, bem como nos anos de 1948, 1963, 1964 e 1972, por exemplo, as variações percentuais da renda agrícola - negativas ou excessivamente baixas - parecem haver conduzido a renda do Rio Grande do Sul a uma taxa de aumento igualmente baixa ou negativa;

b) em 1949 e 1961, da mesma forma, aquele fenômeno - apesar de ter sido compensado por ritmos muito elevados de incremento, seja da Indústria, seja dos Serviços, ou de ambos em conjunto - impediu que a performance da renda estadual fosse ainda mais destacada;

c) ao contrário, especialmente nos anos de 1956, 1962, 1965, 1969 e 1973, o Setor Primário atua como uma poderosa turbina que - quando funciona de maneira adequada - impulsiona rapidamente a atividade econômica gaúcha para a decolagem;

d) no que cabe à Indústria, já não se observa o mesmo tipo de condicionamento da renda global, dado que nem sempre o desempenho desta corresponde em intensidade ao elevado ou ao baixo ritmo da atividade setorial, como acontece particularmente nos anos de 1948, 1950, 1953, 1958 e 1972, de um lado, e nos anos de 1954, 1965, 1969 e 1973, de outro.

Em vista do exposto, torna-se lícito concluir que a economia do Rio Grande do Sul mantém um grau de sensibilidade muito maior em relação à Agricultura do que à Indústria - pelo menos é o que se depreende da informação disponível - o que, aliás, se afigura como um fenômeno bastante lógico pela própria importância percentual daquele setor na renda global, superior a deste em cerca de 50%.

No que respeita à última pergunta, a idéia que ocorre em primeiro lugar é a de que se trata do setor percentualmente mais importante na geração da renda estadual - cerca de 50% - motivo pelo qual sua performance afeta diretamente o nível da atividade econômica do Rio Grande do Sul como um todo.

Ainda neste caso, o Quadro nº 18 parece corroborar essa afirmação, pois, com raras exceções, a intensidade de crescimento do produto global está acentuadamente marcada, em cada ano, pela taxa de incremento desse setor.

Outra constatação que o mesmo quadro permite fazer - embora com nitidez um pouco inferior à anterior - é a de que o desempenho da atividade de Serviços mostra-se muito mais relacionado com o da Agricultura do que com o da Indústria.⁶

Respondidas as quatro indagações propostas, cumpre agora abordar a problemática do crescimento dos três setores em que foi dividida a economia gaúcha - Agricultura, Indústria e Serviços - com o da renda global do Estado, através do emprego de um enfoque complementar àquele já usado, ou seja, o da elasticidade-renda setorial.

Com esse objetivo, pode-se conceituar a elasticidade-renda de um setor como a relação entre a sua taxa de crescimento e a da renda global. Em consequência, sempre que o ritmo de aumento da renda do setor for maior do que o da renda global, o coeficiente será maior do que a unidade e sua renda terá um comportamento elástico em relação à global. No caso contrário, isto é, quando o coeficiente for menor do que a unidade, a renda setorial será inelástica com respeito à renda estadual. Evidentemente, se o coeficiente for igual à unidade, a renda do setor terá elasticidade unitária com referência à global.

Os Quadros nº 20 e 21 foram elaborados com a finalidade de mostrar os valores das relações mencionadas nos diferentes períodos de análise, do ponto de vista dos enfoques quatrienal e cíclico, respectivamente. Neles pode-se observar que, de conformidade com o conceito formulado:

a) a renda da Agricultura teve um comportamento inelástico ou de elasticidade unitária em todas as etapas, com a única exceção do quatriênio 1964-67, justamente o do "estancamento generalizado", sendo que, ao longo dos últimos 26 anos cobertos pelo estudo, o seu coeficiente de elasticidade foi de 0,8 aproximadamente, isto porque enquanto a renda do setor cresceu em 4,3% ao ano, em média, a global o fez em 5,6%;

b) muito embora em algumas etapas mais curtas - notadamente no mesmo quatriênio 1964-67 o produto da Indústria tenha mostrado uma excessiva rigidez em relação ao produto global, apresentou-se ele como o mais elástico no grande período 1947-73⁷, dado que o seu coeficiente atingiu o valor de cerca 1,3;

c) para o setor terciário, obteve-se uma relação média da ordem de 1,1 - o que indica uma elasticidade quase unitária, mas, em todo caso, positiva - sendo este o coeficiente que menores variações experimentou nos diferentes quatriênios focalizados.

⁶ No Quadro nº 22, que se apresenta mais adiante, este fenômeno pode ser visualizado com maior clareza, de modo especial nos quatriênios 1952-55, 1956-59, 1964-67 e 1968-71, bem como no biênio 1972-73, em que as relações de crescimento da Agricultura e dos Serviços situam-se muito próximas da unidade.

⁷ Cumpre chamar a atenção para o fato de que a elasticidade deste setor foi a que apresentou maior variabilidade nas etapas intermediárias.

QUADRO Nº 20

RELAÇÕES ENTRE O CRESCIMENTO DOS SETORES E DA RENDA ESTADUAL, POR PERÍODOS,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73
(Enfoque Quatrienal)

PERÍODOS	TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL				ELASTICIDADES		
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)	Agricultura/Total (e)	Indústria/Total (f)	Serviços/Total (g)
1948-51	3,1	10,5	5,3	5,3	0,59	1,98	1,00
1952-55	7,0	5,9	7,4	7,0	1,00	0,84	1,06
1956-59	- 0,1	7,6	4,2	3,3	- 0,03	2,30	1,27
1960-63	2,3	5,1	7,4	5,3	0,43	0,96	1,40
1964-67	3,2	1,0	3,0	2,7	1,19	0,37	1,11
1968-71	10,4	11,3	10,5	10,6	0,98	1,07	0,99
1972-73	4,1	8,7	3,8	4,8	0,85	1,81	0,79
1948-73	4,3	7,0	6,1	5,6	0,77	1,25	1,09

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 08

QUADRO Nº 21

RELAÇÕES ENTRE O CRESCIMENTO DOS SETORES E DA RENDA ESTADUAL, POR PERÍODOS,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73
(Enfoque Cíclico)

PERÍODOS	TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL				ELASTICIDADES		
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)	Agricultura/Total (e)	Indústria/Total (f)	Serviços/Total (g)
1948-59	3,3	8,0	5,6	5,2	0,64	1,54	1,08
1960-67	2,8	3,0	5,2	4,0	0,70	0,75	1,30
1968-73	8,3	10,4	8,2	8,7	0,95	1,20	0,94
1948-73	4,3	7,0	6,1	5,6	0,77	1,25	1,09

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 08

Agora, relacionando-se as taxas de crescimento da Agricultura com a da Indústria e a dos Serviços, bem como a destes últimos setores entre si, chega-se ao Quadro nº 22, de elevada significação analítica, pois permite constatar que:

a) a não ser nos períodos 1952-55 e 1968-71, a relação entre os ritmos de aumento anual acumulativo da Agricultura e da Indústria afastam-se muito da unidade, o que indica um grau de dependência não muito elevado de uma atividade com respeito à outra;

b) a relação entre a Agricultura e os Serviços, ao contrário, mostra-se muito perto da unidade nos quadriênios 1952-55, 1964-67 e 1968-71, bem como no biênio 1972-73, o que denota forte grau de relacionamento entre as performances de ambas as atividades;

c) o comportamento dessa relação entre a Indústria e os Serviços é muito oscilatório, denunciando a possível inexistência de qualquer influência mais próxima de uma atividade sobre a outra.

Do que foi dito, torna-se lícito inferir que parecem confirmadas as observações feitas quando das respostas a algumas das perguntas mais importantes formuladas ao final da seção anterior. Assim, pode-se deduzir que:

a) não existe um grau de dependência muito grande do desempenho da Indústria com referência à Agricultura (coluna "a" do Quadro nº 22);

b) a economia gaúcha é mais sensível, de um modo geral, à performance da Agricultura do que à da Indústria (colunas "e" e "f" do Quadro nº 20);

c) de um lado, os Serviços têm representado relevante papel na economia do Estado, pois existe um grau de dependência muito acentuado entre os seus ritmos de incremento médio anual acumulativo nos diferentes quadriênios (coluna "g" do Quadro nº 20); de outro, parecem estar estreitamente relacionados os seus percentuais de aumento com os da Agricultura (coluna "b" do Quadro nº 22).

A fim de complementar um pouco mais esta análise a respeito do crescimento dos setores e da renda, **cumpra agora tentar visualizar o problema do ponto de vista cíclico.** Com efeito, como já foi mencionado, o exame dos dados disponíveis sobre o produto interno líquido a custo de fatores do Rio Grande do Sul - ou sua renda interna - permite a identificação de três ciclos econômicos bem nítidos no período 1947-73. Tais ciclos acham-se representados no Gráfico nº 02, que foi elaborado a partir das taxas anuais de crescimento que constam do Quadro nº 18 e posterior ajustamento por uma função de tipo senoidal.

Estes últimos 26 anos, como um todo, apresentam uma velocidade média de aumento anual cumulativo da ordem de 5,6% para a economia gaúcha, sendo que:

- a) no primeiro ciclo - de 1948 a 1959 e cujo ápice ocorreu em 1952 - esse ritmo de incremento situou-se abaixo da média e foi de 5,2%;
- b) no segundo - que vai de 1960 a 1967 e tem o seu cume em 1962 - igualmente a taxa foi menor do que a média, pois não ultrapassou os 4,0% anuais;
- c) no terceiro, porém - que cobre o período 1968-73 e chegou ao seu ponto mais alto em 1969 - a atividade econômica do Estado mostrou sintomas de sensível recuperação, alcançando a taxa de 8,7% ao ano, em média.

QUADRO Nº 22

RELAÇÕES INTERSETORIAIS DE CRESCIMENTO, POR PERÍODOS,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1948-73
(Enfoque Quatrienal)

PERÍODOS	R E L A Ç Õ E S		
	Agricultura/Indústria (a)	Agricultura/Serviços (b)	Indústria/Serviços (c)
1948-51	0,30	0,59	1,98
1952-55	1,19	0,95	0,80
1956-59	- 0,01	- 0,02	1,81
1960-63	0,45	0,31	0,69
1964-67	3,20	1,07	0,33
1968-71	0,92	0,99	1,08
1972-73	0,47	1,08	2,29
1948-73	0,61	0,70	1,15

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 15

Agora, reunindo-se em um só Quadro - o de nº 23 - parte da informação já usada no presente documento⁹, pode-se obter uma visão de conjunto dos principais fenômenos que caracterizaram cada um desses três ciclos, do ponto de vista setorial e de suas inter-relações. Assim é que, no que tange à Agricultura:

a) existe uma quase perfeita coincidência dos seus ciclos com aqueles assinalados para a economia gaúcha como um todo, isto é: o primeiro, de 1948 a 1959, com o ápice em 1952; o segundo, de 1960 a 1966, com o cume em 1962; e o terceiro, de 1967 a 1973, com o ponto mais elevado em 1969, como é possível verificar no Gráfico nº 03;

b) este fato ganha maior destaque quando se leva em conta a sua coerência com a constatação já feita de que o Rio Grande do Sul apresenta ainda a sua base econômica assentada sobre as atividades agropastoris, apesar de estas virem paulatinamente perdendo posição relativa na composição da renda estadual;

c) nota-se que a taxa de crescimento do setor somente se eleva bem acima da média dos últimos 26 anos no ciclo 1968-73, ou seja, aquele em que a estrutura produtiva permaneceu bastante estável.

Por outro lado, no que diz respeito à Indústria, é necessário assinalar que:

a) os seus ciclos diferem bastante dos da renda global, uma vez que o primeiro vai até 1955¹⁰, o segundo abrange o período 1956-63 e o terceiro, a etapa 1964-73, como se pode ver no Gráfico nº 04;

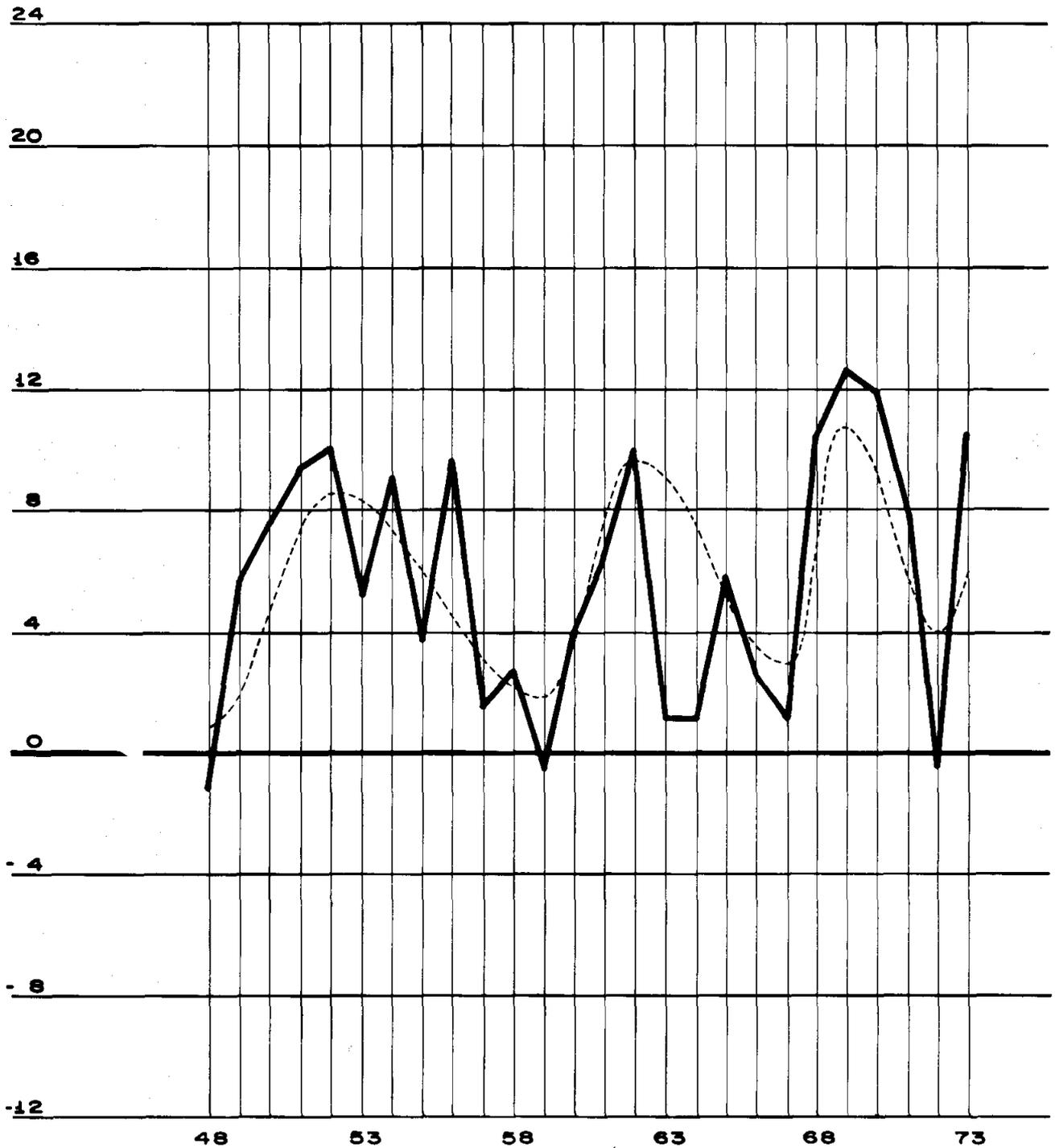
⁸ Vide Quadro nº 07.

⁹ Trata-se dos Quadros nº 14 e 21, especialmente.

¹⁰ O intervalo de 1948 a 1955 não chega a ser, propriamente, um ciclo inteiro, porque o primeiro dos anos mencionados coincide com o seu ápice, de acordo com a função usada no ajustamento.

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO
LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM,
NO RIO GRANDE DO SUL - 1948-73

Total dos Setores



— VALORES DE Y
- - - VALORES DE Ŷ

VALORES CALCULADOS:
 $\hat{Y} = 3,578393119 + 0,002977705 X' + 3,608009559 \text{ SEN } X'$

b) constitui o setor mais dinâmico da atividade econômica gaúcha, pois, em que pese sua contribuição à formação da renda interna ser inferior a dos demais setores, apresentou taxas de crescimento mais elevadas do que estes ao longo do período considerado;

c) em nenhum dos ciclos econômicos do Estado mostrou ritmo de aumento menor do que o do Setor Primário.

Finalmente, quanto aos Serviços, cumpre mencionar que:

a) existe grande homogeneidade entre os seus períodos cíclicos e os da Agricultura e da economia estadual em conjunto, isto porque: o primeiro deles cobre a etapa 1948-59, tendo o seu cume em 1954; o segundo, os anos de 1960 a 1964, com o ponto mais alto situado em torno de 1960; e o terceiro, o período de 1965 a 1973, com o ápice localizado em 1970, como é fácil observar no Gráfico nº 05;

b) sempre foi o setor mais significativo na geração da renda global, devendo-se, no entanto, ressaltar que compreende uma variedade muito grande de atividades produtivas, a maior parte de importância relativa pouco expressiva se analisadas isoladamente;

c) contudo, essas múltiplas atividades produtivas tomadas como um todo, vêm mantendo uma elasticidade bem próxima da unidade com referência àquela renda global, daí emanando o seu relevo para o estudo.

Cumpre destacar que essas observações formuladas a partir da análise cíclica da economia do Rio Grande do Sul induzem à conclusão de que parecem confirmadas as respostas dadas às perguntas feitas na seção anterior deste documento e que emolduram o panorama de processo de crescimento econômico do Estado no último quarto de século, tal como vem sendo perscrutado ao longo do presente trabalho.

QUADRO Nº 23

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS CICLOS ECONÔMICOS
NO RIO GRANDE DO SUL — 1947-73

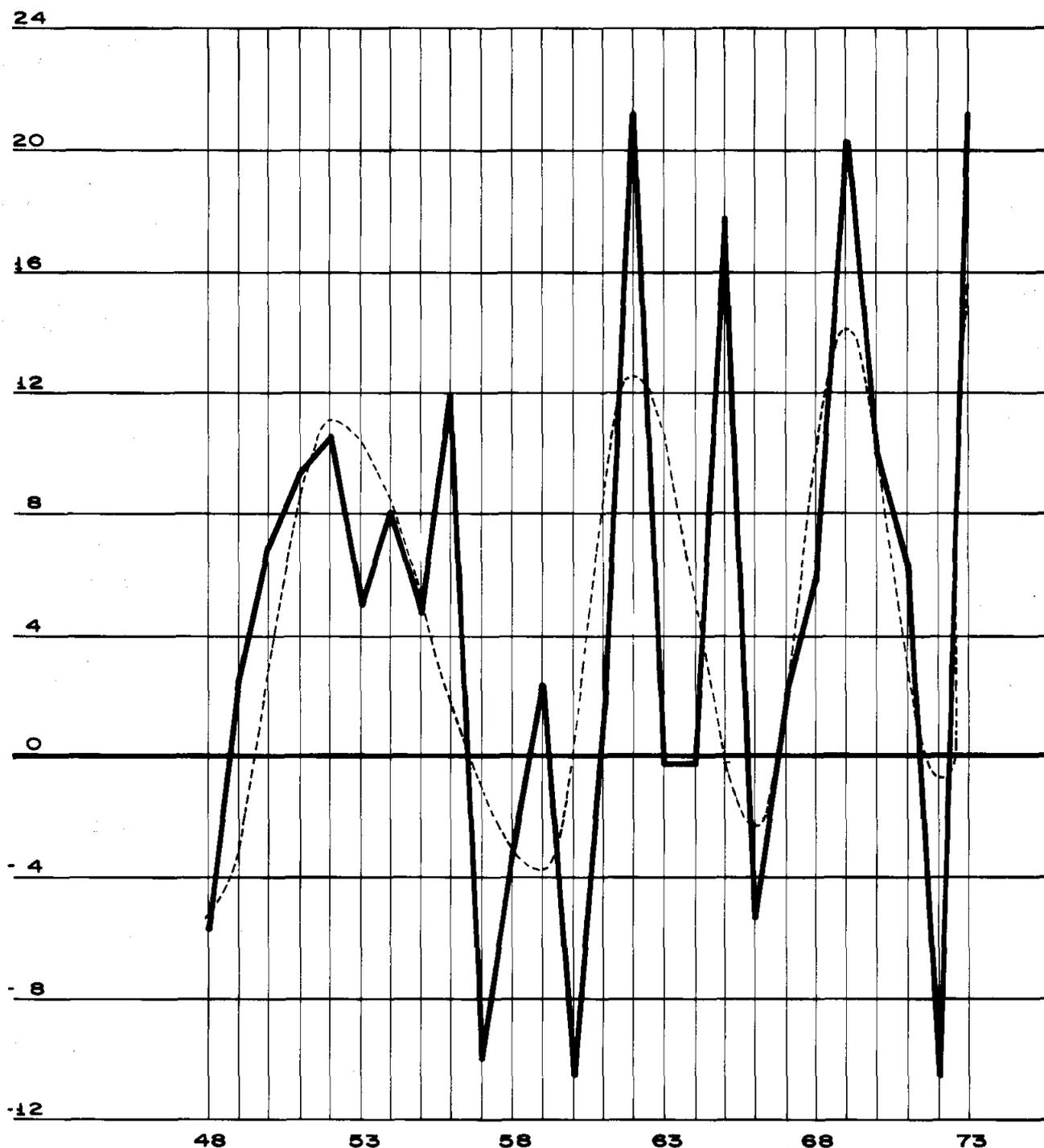
PERÍODOS OU CICLOS	AGRICULTURA			INDÚSTRIA			SERVIÇOS			TOTAL		
	Taxa de Cresc. (a)	Part. Porc. Renda (b)	Elasti- cidade (c)	Taxa de Cresc. (d)	Part. Porc. Renda (e)	Elasti- cidade (f)	Taxa de Cresc. (g)	Part. Porc. Renda (h)	Elasti- cidade (i)	Taxa de Cresc. (j)	Part. Porc. Renda (k)	Elasti- cidade (l)
1947	-	40,9	-	-	14,7	-	-	44,4	-	-	100,0	-
1948-59	3,3	36,5	0,6	8,0	17,8	1,5	5,6	45,7	1,1	5,2	100,0	-
1960-67	2,8	29,6	0,7	3,0	19,9	0,8	5,2	50,5	1,3	4,0	100,0	-
1968-73	8,3	29,3	1,0	10,4	19,8	1,2	8,2	50,9	1,0	8,7	100,0	-
1948-73	4,3	-	0,8	7,0	-	1,3	6,1	-	1,1	5,6	-	-

FONTE: Elaborado a partir dos Quadros nºs. 16, 14 e 21.

GRÁFICO 03

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO
LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM,
NO RIO GRANDE DO SUL - 1948-73

Agricultura



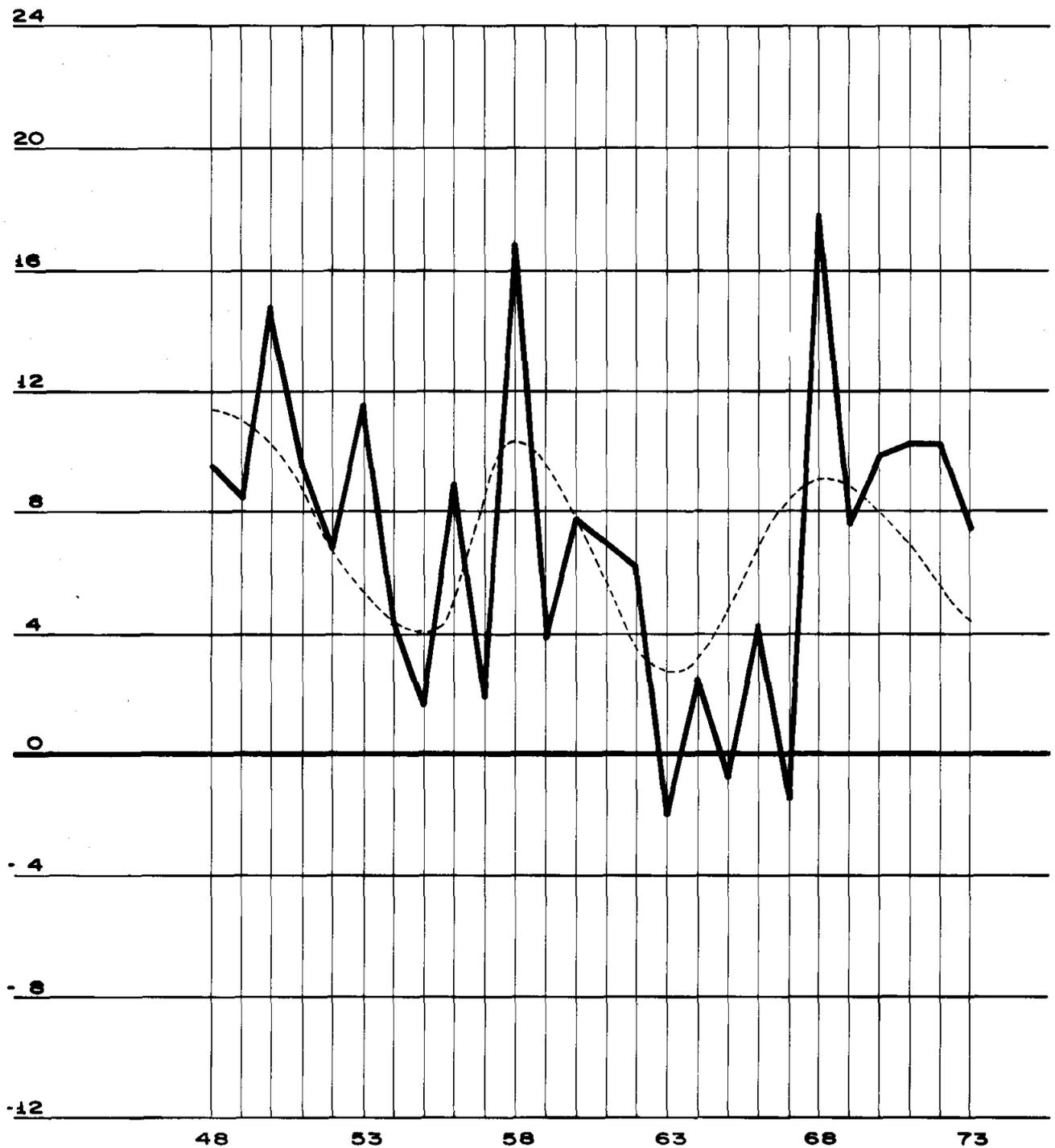
— VALORES DE Y
- - - VALORES DE \hat{Y}

VALORES CALCULADOS:

$$\hat{Y} = 2,883958777 + 0,004196358 X' + 7,797854381 \text{ SEN } X'$$

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO
LIQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM,
NO RIO GRANDE DO SUL - 1948-73

Indústria

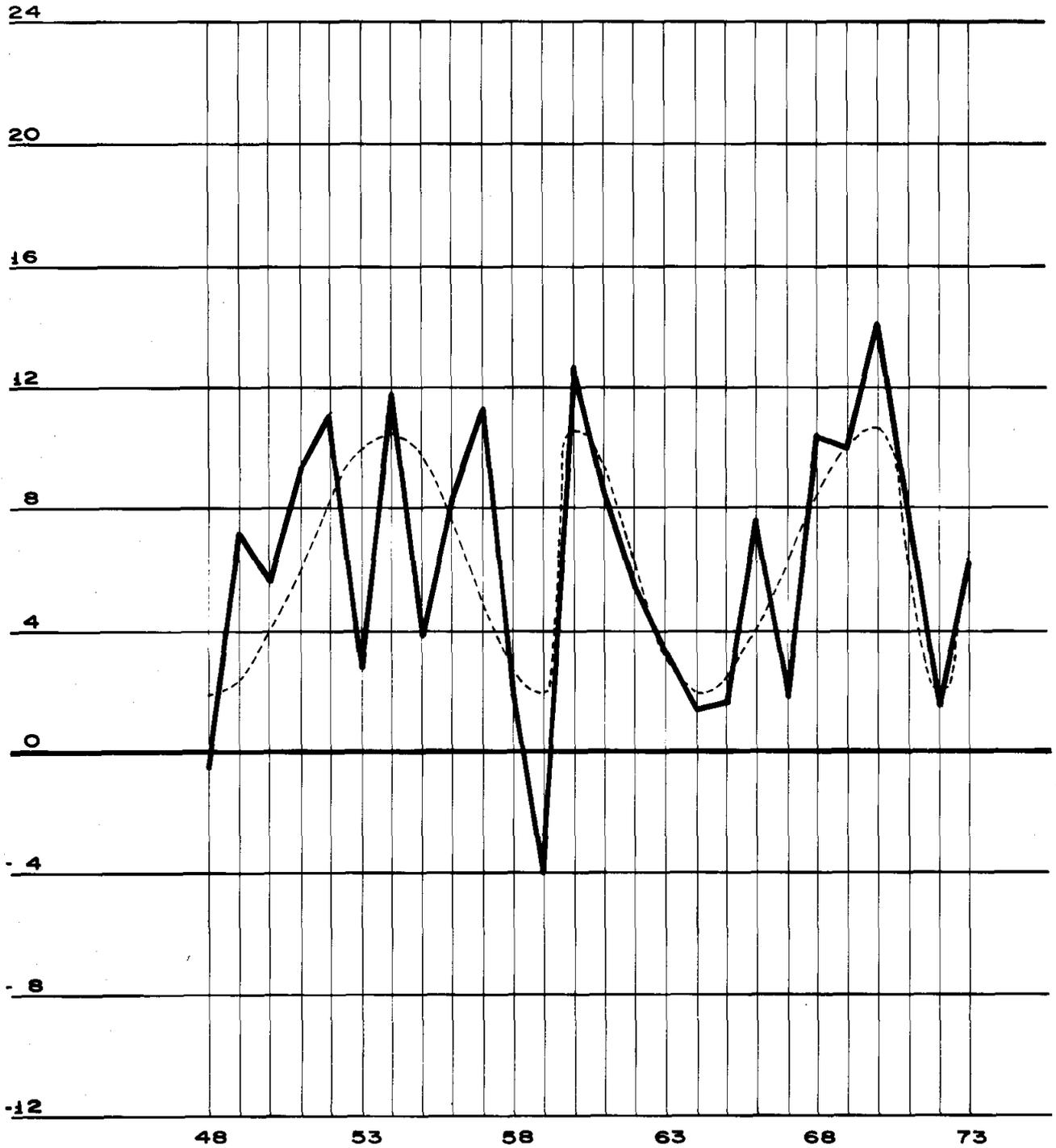


— VALORES DE Y
- - - VALORES DE \hat{Y}

VALORES CALCULADOS:
 $\hat{Y} = 8,134 - 0,00277 X' + 3,27 \text{ SEN } X''$

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO
LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM,
NO RIO GRANDE DO SUL - 1948-73

Serviços

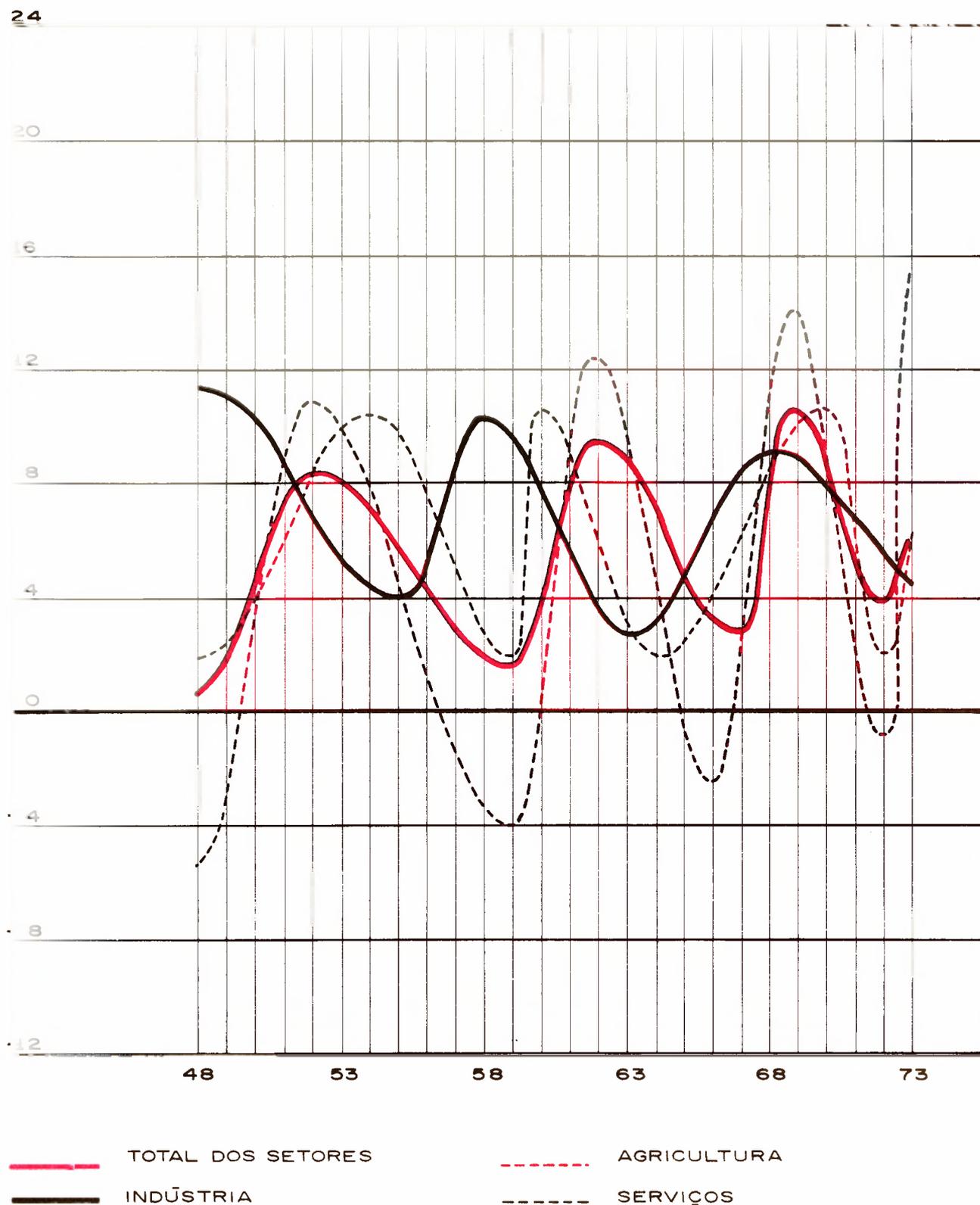


— VALORES DE Y
- - - VALORES DE \bar{Y}

VALORES CALCULADOS:
 $\bar{Y} = 6,2 + 0,000167 X' + 4,33 \text{ SEN } X'$

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO
LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM,
NO RIO GRANDE DO SUL - 1948-73

Comparação entre Agricultura, Indústria, Serviços
e Total dos Setores



CAPÍTULO IV

Comparação com a região Sul e o Brasil

No entanto, nesta altura do estudo pode-se pensar em que as constatações efetuadas até agora - com base no comportamento geral do produto, nas mudanças estruturais havidas, na elasticidade-renda dos diferentes setores e nas características cíclicas da economia gaúcha, entre outros elementos tomados como referência - pouco dizem, se consideradas isoladamente. É necessário vê-las no marco de referência em que se desenvolvem, quer dizer, torna-se imprescindível compará-las com as da macrorregião em que se insere o Estado, ou seja, a Região Sul, e com as do País como um todo, para que se possa aquilatar se o seu desempenho foi satisfatório ou não.

O Quadro nº 24, por exemplo, possibilita uma dessas comparações, qual seja, a do comportamento da renda global. Neste, verifica-se que:

- a) com relação à Região Sul, em apenas sete dos vinte e dois anos compreendidos no período 1948-69, o Rio Grande alcançou taxas de crescimento superiores: 1951, 1954, 1956, 1963, 1965, 1966 e 1968;
- b) com referência ao Brasil, o mesmo aconteceu em somente dez dos vinte e cinco anos incluídos no período 1948-72: 1950, 1951, 1952, 1953, 1956, 1962, 1965, 1968, 1969 e 1970.

Em outras palavras, o Quadro nº 24 mostra dois cotejos altamente desfavoráveis para a economia gaúcha quanto ao desempenho de sua renda global: em mais de 2/3 da etapa coberta pela análise, esse desempenho foi inferior ao da Região Sul e, a grosso modo, quase na mesma proporção (60%), também inferior ao do Brasil em conjunto.

Por seu lado, os Quadros nº 25 e 26 facilitam a visualização desse fenômeno dos pontos de vista quatrienal e cíclico, respectivamente. Assim, o primeiro deles, o de nº 25, mostra que o ritmo de aumento anual acumulativo da renda do Estado tem sido sempre menor do que o da Região Sul e o do Brasil, com as únicas exceções, no primeiro caso, dos quadriênios 1948-51 e 1968-71; no segundo, da etapa 1968-71, assim mesmo tomando-se como válida para estes últimos quatro anos, na macrorregião, a taxa de incremento do biênio 1968-69. O segundo, o de nº 26, indica que em todos os ciclos essa taxa também foi inferior a da economia brasileira e em apenas um, o de 1968-73, superior a da Região Sul, isso com a ressalva já feita anteriormente, no sentido de considerar-se como aceitável para os anos de 1968 a 1973, na macrorregião, a variação porcentual do biênio 1968-69 (8,1%).

Da mesma forma, por falta de informação estatística, não foi possível calcular a variação porcentual do produto da Região Sul e do Brasil em todo o período 1948-73. Para aquela, só se dispõe de dados até 1969 e para este, até 1972. Contudo, admitindo-se a hipótese de que as taxas assim obtidas, 6,3% e 6,8%, respectivamente, são, de algum modo, representativas para a comparação, nota-se que ambas foram significativamente maiores do que a do Rio Grande do Sul que situou-se em torno de 5,6%.

QUADRO Nº 24

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES NO RIO GRANDE DO SUL EM COMPARAÇÃO COM
A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1947-73

ANOS	TAXAS DE CRESCIMENTO			ÍNDICES-BASE: 1949=100		
	Rio Grande do Sul (a)	Região Sul (b)	Brasil (c)	Rio Grande do Sul (d)	Região Sul (e)	Brasil (f)
1947	-	-	-	95,8	90,2	87,3
1948	-1,2	3,6	7,4	94,7	93,5	93,8
1949	5,6	7,0	6,6	100,0	100,0	100,0
1950	7,6	8,1	6,5	107,6	108,1	106,5
1951	9,4	1,8	5,9	117,6	110,1	112,8
1952	10,1	14,5	8,7	129,5	126,1	122,6
1953	5,2	10,1	2,5	136,2	138,8	125,7
1954	9,0	6,6	10,1	148,5	138,8	138,4
1955	3,7	19,3	6,9	154,1	165,7	147,9
1956	9,7	-1,9	3,2	169,1	162,6	152,6
1957	1,5	7,1	8,1	171,6	174,2	164,9
1958	2,7	7,9	7,7	176,2	187,9	177,6
1959	-0,5	5,6	5,6	175,4	198,4	187,5
1960	4,0	9,8	9,7	182,4	217,9	205,7
1961	6,6	9,1	10,3	194,4	237,8	226,9
1962	9,9	10,0	5,2	213,6	261,5	238,8
1963	1,1	-4,5	1,5	215,8	249,7	242,5
1964	1,1	3,0	2,9	218,3	257,2	249,6
1965	5,8	5,6	2,7	231,0	271,5	256,4
1966	2,6	0,5	5,1	237,1	272,8	269,5
1967	1,2	7,4	4,8	240,0	293,0	282,4
1968	10,4	3,1	9,3	264,9	302,1	308,7
1969(1)	12,5	13,3	9,0	298,0	342,4	336,5
1970(1)	11,9	...	9,5	333,5	...	368,5
1971(1)	7,8	...	11,3	359,3	...	410,1
1972(1)	-0,5	...	10,4	357,7	...	452,7
1973(1)	10,4	355,0

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 27

(1) FEE - Projeções Preliminares

Cumpra considerar, entretanto, que somente um exame mais apurado pode dizer do impacto dessas vantagens comparativas em termos de taxas de crescimento. Como se sabe, há algumas décadas atrás, o Rio Grande do Sul apresentava clara supremacia econômica em relação a grande parte do resto da economia brasileira¹. Evidentemente, uma taxa de 5,6% ao ano em uma região que já se encontra em estágio mais avançado de desenvolvimento, tem um significado muito diferente do que em áreas que buscam recuperar um atraso pronunciado. Nestas, o crescimento deve não só atingir ritmos iguais aos daquelas, como principalmente superá-las para melhorar sua posição relativa. A meta do crescimento acelerado torna-se então imperiosa, fundamentalmente levando-se em conta as elevadas taxas de aumento demográfico vigentes nas economias pobres ou de colonização recente, o que faz com que a velocidade real do crescimento econômico deva ser alta, não apenas para compensar o incremento populacional, mas também para ensejar maior volume de bens e ser-

¹ Em 1939, por exemplo, o Rio Grande do Sul detinha mais de 1/3 da renda da Região Sul e mais de 1/10 da brasileira. Tudo indica que essas frações eram ainda maiores no início do século.

QUADRO Nº 25

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR PERÍODOS, NO RIO GRANDE DO SUL
EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1948-73

(Enfoque Quatrienal)

PERÍODOS	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO ACUMULADO			RELAÇÕES		
	Rio Grande do Sul (a)	Região Sul (b)	Brasil (c)	RS/SUL (d)	RS/BR (e)	SUL/BR (f)
1948-51	5,3	5,1	6,3	1,04	0,84	0,81
1952-55	7,0	10,8	7,6	0,65	0,92	1,42
1956-59	3,3	4,6	4,6	0,72	0,72	1,00
1960-63	5,3	5,9	7,6	0,90	0,70	0,78
1964-67	2,7	4,1	2,8	0,66	0,96	1,46
1968-71	10,6	(1)8,1	9,8	1,31	1,08	0,83
1972-73	4,8
1948-73	5,6	(2)6,3	(3)6,8	0,89	0,82	0,93

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 27

(1) 1968-69. (2) 1948-69. (3) 1948-72.

QUADRO Nº 26

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR PERÍODOS, NO RIO GRANDE DO SUL
EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1948-73

(Enfoque Cíclico)

PERÍODOS	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO ACUMULADO			RELAÇÕES		
	Rio Grande do Sul (a)	Região Sul (b)	Brasil (c)	RS/SUL (d)	RS/BR (e)	SUL/BR (f)
1948-59	5,2	6,8	6,2	0,76	0,84	1,10
1960-67	4,0	5,0	5,2	0,80	0,77	0,96
1968-73	8,7	(1)8,1	(3)9,9	1,07	0,88	0,82
1948-73	5,6	(2)6,3	(4)6,8	0,89	0,82	0,93

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 27

(1) 1968-69. (2) 1948-69. (3) 1968-72. (4) 1948-72.

viços por habitante. Além disso, parece bastante evidente que é muito mais fácil alcançar taxas de aumento mais elevadas quando o nível de renda de que se parte é mais reduzido.

Mas, em todo o caso — e isso parece ineludível — a consequência imediata do comportamento, antes assinalado, da renda do Rio Grande do Sul em relação a da Região Sul e a do Brasil, foi a de que o Estado perdeu posição relativa em ambos os casos.

Com efeito, os Quadros nº 27 e 28 — aquele elaborado com dados a preços constantes de 1949 e este a preços correntes — ressaltam nitidamente essa situação:

a) em termos reais, o produto estadual, que constituía, em 1947, mais de 60% do da macrorregião e mais de 10% do País, significa, hoje, menos de 50% e cerca de 7%, respectivamente, como se verifica no Quadro nº 27;

b) em termos monetários, vale dizer, a preços correntes, tais porcentagens passaram de 66,5% e 10,2%, em 1939, para 47,5% e 8,6%, em 1969, como consta do Quadro nº 28.

Deve-se assinalar ainda que, a preços constantes, a participação porcentual da Região Sul no Brasil se manteve quase inalterada, em torno de 16,5% ao longo do período 1947-69. A preços correntes, no entanto, elevou-se de 16,7% para 18,2%.

QUADRO Nº 27

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES NO RIO GRANDE DO SUL EM COMPARAÇÃO COM
A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1939-1947-73

(Em Cr\$ 1 000 a preços de 1949)

ANOS	PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES			RELAÇÕES		
	Rio Grande do Sul (RS)	Região Sul (SUL) (2)	Brasil (BR)	RS/SUL	RS/BR	SUL/BR
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1939
1947	17 586,4	28 874,2	172 890,4	60,91	10,17	16,70
1948	17 377,3	29 923,7	185 763,1	58,07	9,35	16,11
1949	18 353,3	32 017,1	198 041,7	57,32	9,27	16,17
1950	19 741,9	34 613,8	210 914,4	57,03	9,36	16,41
1951	21 587,2	35 246,7	223 391,0	61,25	9,66	15,73
1952	23 773,2	40 365,8	242 799,1	58,89	9,79	16,63
1953	24 999,1	44 443,3	248 938,4	56,25	10,04	17,85
1954	27 257,5	44 449,6	274 089,7	61,32	9,94	16,22
1955	28 274,3	53 046,1	292 903,7	53,30	9,65	18,11
1956	31 027,9	52 053,2	302 211,6	59,61	10,27	17,22
1957	31 485,3	55 774,4	326 570,8	56,45	9,64	17,08
1958	32 344,2	60 154,2	351 722,1	53,77	9,20	17,10
1959	32 190,7	63 510,1	371 328,2	50,69	8,67	17,10
1960	33 466,5	69 751,8	407 371,8	47,98	8,22	17,12
1961	35 678,5	76 133,9	449 356,6	46,86	7,94	16,94
1962	39 199,8	83 737,7	472 923,6	46,81	8,29	17,71
1963	39 612,1	79 947,0	480 251,1	49,55	8,25	16,65
1964	40 057,3	82 363,9	494 312,1	48,63	8,10	16,66
1965	42 392,4	86 940,3	507 778,9	48,76	8,35	17,12
1966	43 511,6	87 346,0	533 722,4	49,82	8,15	16,37
1967	44 043,6	93 819,3	559 269,8	46,95	7,88	16,78
1968	48 610,4	96 708,8	611 354,7	50,27	7,95	15,82
1969(1)	54 689,7	109 616,3	666 410,3	49,89	8,21	16,45
1970(1)	61 201,4	...	729 783,7	...	8,39	...
1971(1)	65 948,4	...	812 169,0	...	8,12	...
1972(1)	65 650,0	...	896 534,8	...	7,32	...
1973(1)	72 495,8

FONTE: DEFLAG FEE

(1) - Projeções Preliminares. (2) FGV - Dados deflacionados pelo Deflator Implícito do Produto - Brasil.

QUADRO Nº 28

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES NO RIO GRANDE DO SUL EM COMPARAÇÃO COM
A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1939-1947-73

(Em Cr\$ 1 000)

ANOS	PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES			RELAÇÕES		
	Rio Grande do Sul (RS)	Região Sul (SUL)	Brasil (BR)	RS/SUL	RS/BR	SUL/BR
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
1939	4 179,8	6 284,2	41 007,5	66,51	10,19	15,32
1947	14 093,4	23 734,6	142 134,8	59,38	9,92	16,70
1948	15 434,0	27 021,1	168 570,7	57,12	9,16	16,03
1949	18 353,3	32 017,1	198 041,7	57,32	9,27	16,17
1950	21 199,3	38 490,5	236 213,2	55,08	8,97	16,29
1951	24 224,8	43 882,2	275 273,9	55,20	8,80	15,94
1952	30 684,4	56 875,4	343 738,0	53,95	8,93	16,55
1953	39 624,5	72 220,4	408 274,2	54,87	9,71	17,69
1954	50 549,5	87 654,6	536 777,4	57,67	9,42	16,33
1955	65 445,2	122 218,2	682 194,4	53,55	9,59	17,92
1956	86 346,2	147 778,9	856 169,9	58,43	10,09	17,26
1957	100 197,3	179 203,1	1 044 046,8	55,91	9,60	17,16
1958	112 416,0	214 750,4	1 214 425,2	52,35	9,26	17,68
1959	146 031,7	293 035,7	1 634 267,6	49,83	8,94	17,93
1960	200 684,0	406 443,9	2 281 939,1	49,38	8,79	17,81
1961	296 881,5	591 484,6	3 433 670,9	50,19	8,65	17,23
1962	510 085,7	1 006 862,6	5 682 820,0	50,66	8,98	17,72
1963	915 790,8	1 710 627,0	10 174 797,3	53,54	9,00	16,81
1964	1 763 153,1	3 309 382,6	19 462 833,8	53,28	9,06	17,00
1965	2 749 774,5	5 429 943,3	30 849 534,3	50,64	8,91	17,60
1966	3 838 438,8	7 573 592,8	43 307 763,3	50,68	8,86	17,48
1967	5 029 340,4	10 330 823,1	58 481 553,6	48,68	8,60	17,67
1968	6 719 932,5	13 610 309,0	78 507 612,4	49,37	8,56	17,34
1969	8 966 456,0	18 862 226,0	103 815 159,5	47,54	8,64	18,17
1970(1)	11 728 121,2
1971(1)	15 160 391,4
1972(1)	18 848 614,7
1973(1)	26 463 514,5

FONTE: FGV - Fundação Getúlio Vargas

(1) FEE - Projeções Preliminares.

QUADRO Nº 29

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM NO RIO GRANDE DO SUL
EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1939-1947-73

(Em Cr\$ 1 000 a Preços de 1949) (continua)

ANOS	RIO GRANDE DO SUL			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1939
1947	7 203,3	2 578,3	7 804,8	17 586,4
1948	6 782,4	2 826,4	7 768,5	17 377,3
1949	6 967,0	3 066,5	8 319,8	18 353,3
1950	7 443,0	3 515,2	8 783,7	19 741,9
1951	8 140,1	3 847,2	9 599,9	21 587,2
1952	8 996,1	4 101,1	10 676,0	23 773,2
1953	9 448,7	4 576,2	10 974,2	24 999,1
1954	10 208,8	4 770,7	12 277,8	27 257,3
1955	10 687,7	4 836,6	12 750,0	28 274,3
1956	11 958,0	5 260,3	13 809,6	31 027,9
1957	10 752,3	5 354,6	15 378,4	31 485,3
1958	10 411,4	6 254,3	15 678,5	32 344,2
1959	10 645,1	6 489,4	15 056,2	32 190,7
1960	9 522,0	6 992,0	16 952,5	33 466,5
1961	9 665,4	7 618,5	18 394,6	35 678,5
1962	11 709,6	8 096,3	19 393,9	39 199,8
1963	11 673,8	7 916,7	20 021,6	39 612,1
1964	11 643,9	8 106,6	20 306,8	40 057,3
1965	13 707,5	8 037,8	20 647,1	42 392,4
1966	12 973,1	8 370,1	22 168,4	43 511,6
1967	13 234,8	8 246,7	22 562,1	44 043,6
1968	14 007,7	9 715,4	24 887,3	48 610,4
1969(1)	16 855,9	10 457,8	27 376,0	54 689,7
1970(1)	18 527,0	11 461,7	31 212,7	61 201,4
1971(1)	19 683,9	12 630,8	33 633,7	65 948,4
1972(1)	17 592,9	13 919,1	34 138,0	65 650,0
1973(1)	21 326,6	14 921,3	36 247,9	72 495,8

FONTE: DEFLAG FEE

(1) FEE - Projeções Preliminares.

QUADRO Nº 29

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM NO RIO GRANDE DO SUL
EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1939-1947-73

(Em Cr\$ 1 000 a Preços de 1949) (continua)

ANOS	REGIÃO SUL			
	Agricultura (e)	Indústria (f)	Serviços (g)	Total (h)
1939
1947	13 858,3	4 338,4	10 677,5	28 874,2
1948	13 038,8	4 845,7	12 039,2	29 923,7
1949	13 382,3	5 362,8	13 272,0	32 017,1
1950	13 367,9	6 035,2	15 210,7	34 613,8
1951	11 955,6	6 488,3	16 802,8	35 246,7
1952	14 043,9	6 798,8	19 523,1	40 365,8
1953	16 973,0	7 464,6	20 005,7	44 443,3
1954	14 746,8	7 849,0	21 853,8	44 449,6
1955	20 332,8	8 354,1	24 359,2	53 046,1
1956	19 283,2	8 877,1	23 892,9	52 053,2
1957	21 000,9	8 980,9	25 792,6	55 774,4
1958	23 732,0	10 439,3	25 982,9	60 154,2
1959	26 064,5	11 661,5	25 784,1	63 510,1
1960	25 973,1	12 289,9	31 488,8	69 751,8
1961	26 921,7	13 071,5	36 140,7	76 133,9
1962	30 507,8	14 200,7	39 029,2	83 737,7
1963	27 827,8	13 859,1	38 260,1	79 947,0
1964	28 591,8	14 156,2	39 615,9	82 363,9
1965	33 589,5	13 791,8	39 559,0	86 940,3
1966	28 350,1	15 944,3	43 051,6	87 346,0
1967	32 617,6	15 450,1	45 751,6	93 819,3
1968	34 778,9	17 703,5	44 226,4	96 708,8
1969	39 988,2	20 664,6	48 963,5	...
1970
1971
1972
1973

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FGV - Fundação Getúlio Vargas - Dados deflacionados setorialmente pelo deflator elaborado pela FEE e globalmente pelo deflator implícito do PIB da FGV.

QUADRO Nº 29

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM NO RIO GRANDE DO SUL
EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1939-1947-73

(Em Cr\$ 1 000 a Preços de 1949) (conclusão)

ANOS	BRASIL			
	Agricultura (i)	Indústria (j)	Serviços (l)	Total (m)
1939
1947	54 052,8	32 296,8	86 540,8	172 890,4
1948	57 797,3	35 942,6	92 023,2	185 763,1
1949	60 394,2	39 628,0	98 019,5	198 041,7
1950	61 300,1	44 106,0	105 508,3	210 914,4
1951	61 722,9	46 919,6	114 748,5	223 391,0
1952	67 339,5	49 257,6	126 202,0	242 799,1
1953	67 460,3	53 537,4	127 940,7	248 938,4
1954	72 775,0	58 173,9	143 140,8	274 089,7
1955	78 391,7	64 355,9	150 156,1	292 903,7
1956	76 519,5	68 794,2	156 897,9	302 211,6
1957	83 646,0	72 717,4	170 207,4	326 570,8
1958	85 337,0	84 486,9	181 898,2	351 722,1
1959	89 866,6	94 512,8	186 948,8	371 328,2
1960	94 275,3	103 587,6	209 508,9	407 371,8
1961	101 401,9	114 604,2	233 350,5	449 356,6
1962	106 958,1	123 560,1	242 405,4	472 923,6
1963	108 045,2	123 797,9	248 408,0	480 251,1
1964	109 494,7	130 178,0	254 639,4	494 312,1
1965	124 593,2	124 035,6	259 150,1	507 778,9
1966	120 667,6	138 539,5	234 515,3	533 722,4
1967	127 492,2	142 660,8	289 116,8	559 269,8
1968	129 253,6	164 773,2	317 337,9	611 354,7
1969	136 974,0	182 486,9	346 949,4	666 410,3
1970	144 644,1	202 816,1	382 323,5	729 783,7
1971	161 131,7	225 522,9	425 514,4	812 169,0
1972	168 379,0	256 591,3	471 564,5	896 534,8
1973

FONTE: DEFLAG FEE

QUADRO Nº 30

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM E POR PERÍODOS NO RIO GRANDE DO SUL EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1939-1947-73

(Composição porcentual a Preços de 1949) (continua)

A N O S	RIO GRANDE DO SUL			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1939
1947	40,9	14,7	44,4	100,0
1948	39,0	16,3	44,7	100,0
1949	38,0	16,7	45,3	100,0
1950	37,7	17,8	44,5	100,0
1951	37,7	17,8	44,5	100,0
1952	37,8	17,3	44,9	100,0
1953	37,8	18,3	43,9	100,0
1954	37,5	17,5	45,0	100,0
1955	37,8	17,1	45,1	100,0
1956	38,5	17,0	44,5	100,0
1957	34,2	17,0	48,8	100,0
1958	32,2	19,3	48,5	100,0
1959	33,1	20,1	46,8	100,0
1960	28,4	20,9	50,7	100,0
1961	27,1	21,3	51,6	100,0
1962	29,9	20,6	49,5	100,0
1963	29,5	20,0	50,5	100,0
1964	29,1	20,2	50,7	100,0
1965	32,3	19,0	48,7	100,0
1966	29,8	19,2	51,0	100,0
1967	30,1	18,7	51,2	100,0
1968	28,8	20,0	51,2	100,0
1969	30,8	19,1	50,1	100,0
1970	30,3	18,7	51,0	100,0
1971	29,8	19,2	51,0	100,0
1972	26,8	21,2	52,0	100,0
1973	29,4	20,6	50,0	100,0

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 29

QUADRO Nº 30

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM E POR PERÍODOS NO RIO GRANDE
DO SUL EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1939-1947-73

(Composição porcentual a Preços de 1949) (continua)

A N O S	REGIÃO SUL			
	Agricultura (e)	Indústria (f)	Serviços (g)	Total (h)
1939
1947	48,0	15,0	37,0	100,0
1948	43,6	16,2	40,2	100,0
1949	41,8	16,8	41,4	100,0
1950	38,6	17,5	43,9	100,0
1951	33,9	18,4	47,7	100,0
1952	34,8	16,8	48,4	100,0
1953	38,2	16,8	45,0	100,0
1954	33,2	17,6	49,2	100,0
1955	38,3	15,8	45,9	100,0
1956	37,0	17,1	45,9	100,0
1957	37,7	16,1	46,2	100,0
1958	39,5	17,3	43,2	100,0
1959	41,0	18,4	40,6	100,0
1960	37,2	17,6	45,2	100,0
1961	35,3	17,2	47,5	100,0
1962	36,4	17,0	46,6	100,0
1963	34,8	17,3	47,9	100,0
1964	34,7	17,2	48,1	100,0
1965	38,6	15,9	45,5	100,0
1966	32,5	18,2	49,3	100,0
1967	34,8	16,4	48,8	100,0
1968	36,0	18,3	45,7	100,0
1969	36,5	18,8	44,7	100,0
1970
1971
1972
1973

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 29

QUADRO Nº 30

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM E POR PERÍODOS NO RIO GRANDE DO SUL EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1939-1947-73

(Composição porcentual a Preços de 1949) (conclusão)

A N O S	BRASIL			
	Agricultura (i)	Indústria (j)	Serviços (l)	Total (m)
1939
1947	31,3	18,7	50,0	100,0
1948	31,1	19,4	49,5	100,0
1949	30,5	20,0	49,5	100,0
1950	29,1	20,9	50,0	100,0
1951	27,6	21,0	51,4	100,0
1952	27,7	20,3	52,0	100,0
1953	27,1	21,5	51,4	100,0
1954	26,6	21,2	52,2	100,0
1955	26,8	21,9	51,3	100,0
1956	25,3	22,8	51,9	100,0
1957	25,6	22,3	52,1	100,0
1958	24,3	24,0	51,7	100,0
1959	24,2	25,5	50,3	100,0
1960	23,2	25,4	51,4	100,0
1961	22,6	25,5	51,9	100,0
1962	22,6	26,1	51,3	100,0
1963	22,5	25,8	51,7	100,0
1964	22,2	26,3	51,5	100,0
1965	24,5	24,4	51,1	100,0
1966	22,6	26,0	51,4	100,0
1967	22,8	25,5	51,7	100,0
1968	21,1	27,0	51,9	100,0
1969	20,6	27,4	52,0	100,0
1970	19,8	27,8	52,4	100,0
1971	19,8	27,8	52,4	100,0
1972	18,8	28,6	52,6	100,0
1973

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 29

QUADRO Nº 31

MUDANÇA DA ESTRUTURA PRODUTIVA NO RIO GRANDE DO SUL EM
 COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1947-1972
 (Composição Porcentual da Renda)

ANOS	ÁREAS	AGRICULTURA (a)	INDÚSTRIA (b)	SERVIÇOS (c)
1947	Rio Grande do Sul	40,9	14,7	44,4
	Região Sul	48,0	15,0	37,0
	Brasil	31,3	18,7	50,0
1953(1)	Rio Grande do Sul	37,7	17,7	44,6
	Região Sul	35,4	17,1	47,5
	Brasil	27,1	21,0	51,9
1961(2)	Rio Grande do Sul	28,5	20,9	50,6
	Região Sul	36,3	17,3	46,4
	Brasil	22,8	25,7	51,5
1969(3)	Rio Grande do Sul	29,8	19,6	50,6
	Região Sul	36,2	18,6	45,2
	Brasil	20,9	27,2	51,9
1972(4)	Rio Grande do Sul	28,1	20,9	51,0
	Região Sul
	Brasil	18,8	28,6	52,6

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 29

(1) Refere-se à média do triênio 1952-54. (2) Idem, idem, 1960-62. (3) Idem, idem do biênio 1968-69. (4) No caso do Rio Grande do Sul, refere-se à média de 1972-73.

A primeira conclusão a que se chega com base nessas informações é a de que — fora de qualquer dúvida — a importância relativa da economia gaúcha vem diminuindo a olhos vistos, tanto a nível nacional como macrorregional:

- a) a preços correntes, em 13% no primeiro caso e em 20% no segundo;
- b) a preços constantes, em 28% e 18%, respectivamente ²

Mas existe um outro aspecto de particular interesse a ser examinado: o cotejo desses dois Quadros, de modo especial no que se refere às últimas porcentagens deles obtidas, desperta a análise para a tentativa de explicar a causa das diferenças constatadas entre elas. Com efeito, a partir de 1949 e até 1969 — anos para os quais as informações estão completas — é possível observar-se, por exemplo, que:

- a) a preços constantes, a porcentagem da renda estadual na macrorregional cai de 57,3 para 49,9, mas a preços correntes, de 57,3 para 47,5;
- b) a preços constantes, o percentual da renda estadual na brasileira baixa de 9,3 para 8,2, mas, a preços correntes, de 9,3 para 8,6; e mais,
- c) a preços constantes, a parcela da renda macrorregional na do Brasil se eleva de 16,2% para 16,5%, mas, a preços correntes, de 16,2% para 18,2%.

Tais fenômenos parecem assinalar que, de um modo geral, o processo de aumento dos preços ao longo de todo o período tem sido, comparativamente:

- a) menos pronunciado no Rio Grande do Sul do que na Região Sul;
- b) mais intenso no Rio Grande do Sul do que no Brasil; e
- c) ainda mais acentuado na Região Sul do que no Brasil.

Ao que tudo indica — e sem o intuito de atribuir ao fato um grau de precisão demasiado — é lícito concluir que pode haver ocorrido o seguinte, em termos gerais, nas relações de troca inter e intra-regionais:

- a) O Rio Grande do Sul ganhou em suas relações com o Brasil, mas perdeu para a Região Sul;
- b) esta, por sua vez, ganhou tanto do Brasil como do Rio Grande do Sul.

No que tange à comparação entre as mudanças estruturais observadas na economia do Estado com as da Região Sul e do Brasil, os Quadros nº 29 e 30 oferecem os subsídios indispensáveis para a análise, muito embora, por falta de dados, não estejam atualizados até 1973 no que se refere à macrorregião e ao País. No primeiro deles, figuram as cifras em milhares de cruzeiros a preços constantes de 1949 e que serviram de base para o cálculo das composições percentuais que constam do segundo, estas, sem dúvida, muito mais significativas para o estudo.

De fato, constata-se no Quadro nº 30 que:

- a) a Região Sul, como um todo, apresenta uma estrutura agrícola marcadamente mais acentuada do que o Rio Grande do Sul, e este, por sua vez, mais do que o Brasil;
- b) tanto o Estado como a macrorregião acompanham o "modelo" de crescimento econômico nacional, ou seja, passam de uma base eminentemente agrícola para um estágio industrial mais avançado;
- c) nos três casos, a grande mudança "Agricultura x Indústria" ocorreu basicamente na década de 1950;
- d) esse processo paulatino de diminuição da importância relativa do Setor Primário em favor do Secundário esteve acompanhado por uma ascensão do Terciário, de intensidade média no Estado, grande na macrorregião e pequena no País.

O fenômeno descrito no item anterior pode ser visto com suficiente clareza nos Quadros nº 31 e 32, os quais mostram a evolução da estrutura produtiva das três áreas através, respectivamente, de vários "instântaneos" no tempo — 1947, 1953, 1961, 1969 e 1972 — e da sua intensidade de mudança entre esses momentos. De modo particular no Quadro nº 32, vê-se mais, que ao longo de todo o período o fenômeno foi mais intenso no Brasil e menos acentuado na Região Sul, ficando o Rio Grande do Sul no termo médio.

Com base nesses Quadros, principalmente no de nº 31, cabe ressaltar ainda que, a nível nacional, esta transposição entre a Agricultura e a Indústria já aparecia caracterizada no ano de 1961, quando o setor industrial inverteu posição com relação ao agrícola ³. Nos casos do Estado e da macrorregião, essa inversão manifesta-se no momento apenas como uma tendência, podendo-se esperar que, a longo prazo, as atividades secundárias assumam maior importância na formação da renda do que as primárias. Esse fato poderá tornar a economia menos vulnerável à instabilidade que caracteriza o processo produtivo da lavoura e da pecuária, como parece óbvio.

² Neste caso, a relação Rio Grande do Sul/Brasil abrangeu o período 1947-72; nos demais, referem-se à etapa 1947-69.

³ Aliás, no Quadro nº 30, verifica-se que o fenômeno deu-se precisamente em 1959.

QUADRO Nº 32

INTENSIDADE DA MUDANÇA DA ESTRUTURA PRODUTIVA NO RIO GRANDE DO SUL
EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1947-72

PERÍODOS	ÁREAS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
		(a) (%)	(b) (%)	(c) (%)
1947-53	Rio Grande do Sul	- 8	+20	0
	Região Sul	-26	+14	+23
	Brasil	-13	+12	+ 4
1953-61	Rio Grande do Sul	-24	+18	+14
	Região Sul	+ 3	+ 1	- 2
	Brasil	-16	+22	- 1
1961-69	Rio Grande do Sul	+ 5	- 6	0
	Região Sul	0	+ 8	- 3
	Brasil	- 8	+ 6	+ 1
1969-72	Rio Grande do Sul	- 6	+ 7	+ 1
	Região Sul
	Brasil	-10	+ 5	+ 1
1947-69	Rio Grande do Sul	-27	+33	+14
	Região Sul	-25	+24	+22
	Brasil	-33	+46	+ 4

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 31

QUADRO Nº 33

PARTICIPAÇÃO DO PRODUTO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL
NA REGIÃO SUL E NO BRASIL — 1947-1972

A N O S	EM Cr\$ 1.000 A PREÇOS DE 1949			RELAÇÕES (%)		
	Rio Grande do Sul	Região Sul	Brasil	RS/SUL	RS/BR	SUL/BR
	(RS)	(SUL)	(BR)			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	
1947	7 203,3	13 858,3	54 052,8	52	13	26
1953(1)	9 551,2	15 254,6	69 191,6	63	14	22
1961(2)	10 299,0	27 800,9	100 878,4	37	10	28
1969(3)	16 463,5	37 383,6	136 953,9	44	12	27
1972(4)	19 459,8	...	168 379,0	...	12	...

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 29

(1) Refere-se à média do triênio 1952-54. (2) Refere-se à média do triênio 1960-62. (3) Nos casos do Rio Grande do Sul e do Brasil, refere-se à média do triênio 1968-70; no da Região Sul, à do biênio 1968-69. (4) No caso do Rio Grande do Sul refere-se ao biênio 1972-73.

QUADRO Nº 34

PARTICIPAÇÃO DA RENDA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL
NA REGIÃO SUL E NO BRASIL — 1947-1972

A N O S	EM Cr\$ 1.000 A PREÇOS DE 1949			RELAÇÕES (%)		
	Rio Grande do Sul	Região Sul	Brasil	RS/SUL	RS/BR	SUL/BR
	(RS)	(SUL)	(BR)			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	
1947	2 578,3	4 338,4	32 296,8	59	8	13
1953(1)	4 482,7	7 370,8	53 656,3	61	8	14
1961(2)	7 568,9	13 187,4	113 917,3	57	7	12
1969(3)	10 545,0	19 184,1	183 358,7	55	6	11
1972(4)	14 420,2	...	256 591,3	...	6	...

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 29

(1) Refere-se à média do triênio 1952-54. (2) Refere-se à média do triênio 1960-62. (3) Nos casos do Rio Grande do Sul e do Brasil, refere-se à média do triênio 1968-70; no da Região Sul, à do biênio 1968-69. (4) No caso do Rio Grande do Sul, refere-se ao biênio 1972-73.

QUADRO Nº 35

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM E POR PERÍODOS, NO
RIO GRANDE DO SUL, EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1947-73

(Enfoque Quatrienal)

(Em Cr\$ 1.000)

PERÍODOS	RIO GRANDE DO SUL			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	7 203,3	2 578,3	7 804,8	17 586,4
1948-51	29 332,5	13 255,3	34 471,9	77 059,7
1952-55	39 341,3	18 284,6	46 678,0	104 303,9
1956-59	43 766,8	23 358,6	59 922,7	127 048,1
1960-63	42 570,8	30 623,5	74 762,6	147 956,9
1964-67	51 559,3	32 761,2	85 684,4	170 004,9
1968-71	69 074,5	44 265,7	117 109,7	230 449,9
1972-73	38 919,5	28 840,4	70 385,9	138 145,8

PERÍODOS	REGIÃO SUL			
	Agricultura (e)	Indústria (f)	Serviços (g)	Total (h)
1947	13 858,3	4 338,4	10 677,5	28 874,2
1948-51	51 744,6	22 732,0	57 324,7	131 801,3
1952-55	66 096,5	30 466,5	85 741,8	182 304,8
1956-59	90 075,4	39 958,8	101 457,7	231 491,9
1960-63	111 230,4	53 421,2	144 918,8	309 570,4
1964-67	123 149,0	59 347,7	167 972,8	350 469,5
1968-71 (1)	74 767,1	38 368,1	93 189,9	206 325,1
1972-73	-	-	-	-

PERÍODOS	BRASIL			
	Agricultura (i)	Indústria (j)	Serviços (l)	Total (m)
1947	54 052,8	32 296,8	86 540,8	172 890,4
1948-51	241 214,5	166 596,2	410 299,5	818 110,2
1952-55	285 966,5	225 324,8	547 439,6	1 058 730,9
1956-59	335 369,1	320 511,3	695 953,3	1 351 832,7
1960-63	410 680,5	465 549,8	933 672,8	1 809 903,1
1964-67	482 247,7	535 413,9	1 077 421,6	2 095 083,2
1968-71	571 993,4	775 599,1	1 472 125,2	2 819 717,7
1972-73 (2)	168 379,0	256 591,3	471 564,5	896 534,8

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 29.

(1) 1968-69. (2) 1972.

QUADRO Nº 36

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM E POR PERÍODOS, NO
RIO GRANDE DO SUL EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1947-73

(Enfoque Quatrienal)

(Composição porcentual)

PERÍODOS	RIO GRANDE DO SUL			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	40,9	14,7	44,4	100,0
1948-51	38,1	17,2	44,7	100,0
1952-55	37,7	17,5	44,8	100,0
1956-59	34,4	18,4	47,2	100,0
1960-63	28,8	20,7	50,5	100,0
1964-67	30,3	19,3	50,4	100,0
1968-71	30,0	19,2	50,8	100,0
1972-73	28,2	20,9	50,9	100,0

PERÍODOS	REGIÃO SUL			
	Agricultura (e)	Indústria (f)	Serviços (g)	Total (h)
1947	48,0	15,0	37,0	100,0
1948-51	39,3	17,2	43,5	100,0
1952-55	36,3	16,7	47,0	100,0
1956-59	38,9	17,3	43,8	100,0
1960-63	35,9	17,3	46,8	100,0
1964-67	35,2	16,9	47,9	100,0
1968-71 (1)	36,2	18,6	45,2	100,0
1972-73	-	-	-	-

PERÍODOS	BRASIL			
	Agricultura (i)	Indústria (j)	Serviços (l)	Total (m)
1947	31,3	18,7	50,0	100,0
1948-51	29,5	20,4	50,1	100,0
1952-55	27,0	21,3	51,7	100,0
1956-59	24,8	23,7	51,5	100,0
1960-63	22,7	25,7	51,6	100,0
1964-67	20,0	25,6	51,4	100,0
1968-71	20,3	27,5	52,2	100,0
1972-73 (2)	18,8	28,6	52,6	100,0

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 35

(1) 1968-69. (2) 1972.

QUADRO Nº 37

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM E POR PERÍODOS,
NO RIO GRANDE DO SUL EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1947-73
(Enfoque Cíclico)

(Em Cr\$ 1 000)

PERÍODOS	RIO GRANDE DO SUL			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	7 203,3	2 578,3	7 804,8	17 586,4
1948-59	112 440,6	54 898,5	141 072,6	308 411,7
1960-67	94 130,1	63 384,7	160 447,0	317 961,8
1968-73	107 994,0	73 106,1	187 495,6	368 595,7

PERÍODOS	REGIÃO SUL			
	Agricultura (e)	Indústria (f)	Serviços (g)	Total (h)
1947	13 858,3	4 338,4	10 677,5	28 874,2
1948-59	207 916,5	93 157,3	244 524,2	545 598,0
1960-67	234 379,4	112 768,9	312 891,6	660 039,9
1968-73 (1)	74 767,1	38 368,1	93 189,9	206 325,1

PERÍODOS	BRASIL			
	Agricultura (i)	Indústria (j)	Serviços (l)	Total (m)
1947	54 052,8	32 296,8	86 540,8	172 890,4
1948-59	862 550,1	712 432,3	1 653 691,4	3 228 673,8
1960-67	892 928,2	1 000 963,7	2 011 094,4	3 904 986,3
1968-73 (2)	740 372,4	1 032 190,4	1 943 689,7	3 716 252,5

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 29

(1) 1968-69. (2) 1968-72

QUADRO Nº 38

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES, POR SETORES DE ORIGEM E POR PERÍODOS, NO RIO GRANDE DO SUL EM COMPARAÇÃO COM A REGIÃO SUL E O BRASIL — 1947-73

(Enfoque Cíclico)

(Composição porcentual)

PERÍODOS	RIO GRANDE DO SUL			
	Agricultura (a)	Indústria (b)	Serviços (c)	Total (d)
1947	40,9	14,7	44,4	100,0
1948-59	36,5	17,8	45,7	100,0
1960-67	29,6	19,9	50,5	100,0
1968-73	29,3	19,8	50,9	100,0

PERÍODOS	REGIÃO SUL			
	Agricultura (e)	Indústria (f)	Serviços (g)	Total (h)
1947	48,0	15,0	37,0	100,0
1948-59	38,1	17,1	44,8	100,0
1960-67	35,5	17,1	47,4	100,0
1968-73(1)	36,2	18,6	45,2	100,0

PERÍODOS	BRASIL			
	Agricultura (i)	Indústria (j)	Serviços (l)	Total (m)
1947	31,3	18,7	50,0	100,0
1948-59	26,7	22,1	51,2	100,0
1960-67	22,9	25,6	51,2	100,0
1968-73(2)	19,9	27,8	52,3	100,0

FONTE: Elaborado a partir do Quadro nº 37

(1) 1968-69. (2) 1968-72.

Contudo, a mudança estrutural, que a observação dos percentuais focalizados autoriza a prognosticar, não deve servir para que se considere aceitável a perpetuação das baixas taxas anuais de crescimento da renda agrícola do Rio Grande do Sul que, entre 1947 e 1973, não ultrapassou a média de 4,3% ao ano. Ao contrário, é lícito supor que os ganhos em produtividade oriundos da maior utilização de insumos modernos, da melhor alocação do uso do solo e da adoção de medidas que outorguem funcionalidade à exploração dos minifúndios – como, por exemplo, através das associações de proprietários – podem induzir o setor à superação das limitações que o esgotamento da fronteira agrícola tende a imprimir à expansão da sua renda interna.

Um outro aspecto que se necessita ressaltar na análise dos dados apresentados é o de que, segundo parece, o grande salto quantitativo e qualitativo dado pelo setor dinâmico da indústria nacional no final do chamado período da substituição de importações, não foi acompanhado pelo parque industrial gaúcho em virtude do não aproveitamento, principalmente, dos estímulos dados ao grupo de empresas produtoras de bens de consumo durável⁴.

Mas, continuando a análise – e como consequência lógica das observações formuladas ao longo do estudo comparativo entre as modificações ocorridas no perfil da renda por setores de origem no Rio Grande do Sul com a Região Sul e o Brasil – surge a indagação a respeito de como essas mudanças estruturais do sistema produtivo incidiram também na importância relativa da Agricultura e da Indústria do Estado nos totais macrorregionais e nacionais desses setores. Os Quadros nº 33 e 34 foram elaborados com o objetivo específico de responder a essa pergunta e – ao lado dos fenômenos assinalados – neles é possível observar, ainda que:

a) no que tange à Agricultura, a participação percentual do Estado diminuiu, tanto na macrorregião como no País, passando de 52% a 13%, respectivamente, em 1947, para 44% e 12%, em 1969, como se vê no Quadro nº 33;

b) da mesma forma, no que se refere à Indústria, o Rio Grande do Sul vem perdendo posição em ambos os casos, pois representava, em 1947, 59% do total da Região Sul e 8% do Brasil, e constitui, hoje, somente 55% e 6%, respectivamente, como mostra o Quadro nº 34.

Finalmente, os Quadros nºs 35, 36, 37 e 38 focalizam o mesmo assunto, mas de uma ótica um pouco diferente, qual seja, a das abordagens quatrienal e cíclica já empregadas seguidamente ao longo do presente trabalho.

Os dois primeiros Quadros, os de nº 35 e 36, permitem assinalar que:

a) no Setor Primário, as diminuições mais significativas da sua importância na renda ocorreram, no Rio Grande do Sul, no quatriênio 1960-63; na Região Sul, no de 1948-51; e no Brasil, no ano de 1956-59, todas, portanto, de modo enfático na década de 1950, como já foi dito⁵;

b) no Setor Secundário, os aumentos mais importantes de sua participação relativa, verificaram-se, no Estado e na macrorregião, no quatriênio de 1948-51; e no País, se bem que de um modo relativamente uniforme ao longo de todo o período 1947-1963, com maior intensidade na etapa de 1960-63, quando o processo já manifesta claros sintomas. Quanto aos dois últimos quadros – nº 37 e 38 – deve-se chamar a atenção para o fato de que, nesse logu, confirmam as observações anteriores. Contudo, e além disso, orientam o raciocínio no sentido de que as grandes mudanças estruturais acontecidas na economia brasileira no pós-guerra – e que constituem uma de suas características mais marcantes – induziram, simultaneamente, a atividade industrial gaúcha e da macrorregião a uma participação cada vez mais intensa nas respectivas rendas internas durante a década de 1950, mas, como força propulsora do processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado, da Região e do País, depauperaram-se sensivelmente no limiar dos anos de 1960, mantendo-se as três áreas, hoje, com um perfil de renda muito semelhante ao do período 1960-67⁶.

Ressalta-se ainda que, no caso do Rio Grande do Sul, esse perfil é, na atualidade, um quarto de século depois, praticamente igual ao do Brasil em 1950.

⁴ O exame mais detalhado do problema não cabe, evidentemente, nos limites deste texto. No entanto, na parte deste estudo que trata especificamente da Indústria (Volume 4), o assunto será abordado com maior grau de profundidade.

⁵ Inclusive, no caso do Rio Grande do Sul, a redução mais violenta da porcentagem da renda agrícola na global deu-se em 1960.

⁶ A grosso modo, pode-se dizer que o perfil da renda consolidou-se praticamente até 1960.

APÊNDICE

Projeção da renda do Rio Grande do Sul 1969-73

1. Quadros

QUADRO PR-1

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES DA AGRICULTURA
NO RIO GRANDE DO SUL — 1970-73

(Valores em Cr\$ 1.000)

A N O S	LAVOURA			PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS		
	FEE (Preços Correntes) (a)	Taxa Crescimento (b)	FGV (Preços Correntes) (c)	FEE (Preços Correntes) (d)	Taxa Crescimento (e)	FGV (Preços Correntes) (f)
1969	2 033 603,6	-	2 035 535,7	809 397,7	-	833 276,3
1970	2 705 394,5	33,03	2 707 873,1	840 494,1	3,84	865 274,1
1971	3 323 088,9	22,83	3 326 080,5	1 127 434,5	34,14	1 160 678,7
1972	4 006 027,7	20,58	4 010 587,9	1 791 680,2	58,92	1 844 550,6
1973	7 722 055,0	92,72	7 729 205,0	2 683 573,0	49,78	2 762 767,9

A N O S	EXTRATIVA VEGETAL			AGRICULTURA	
	FEE (Preços Correntes) (g)	Taxa Crescimento (h)	FGV (Preços Correntes) (i)	FEE (Preços Correntes) (j)	FGV (Preços Correntes) (l)
1969	139 869,0	-	87 962,4	2 982 870,3	2 956 774,4
1970	161 908,7	15,76	101 825,3	3 707 797,3	3 674 972,5
1971	251 459,4	55,31	158 144,9	4 701 982,8	4 644 904,1
1972	351 710,3	39,87	221 197,3	6 150 318,2	6 076 335,8
1973	489 054,0	39,05	307 574,8	10 894 682,0	10 799 547,7

QUADRO PR-2

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES DA AGRICULTURA
NO RIO GRANDE DO SUL — 1970-73

(Valores em Cr\$ 1.000)

ANOS	LAVOURA			PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS		
	FGV (Preços Correntes) (a)	Índice Deflatores (b)	Valores Reais (c)	FGV (Preços Correntes) (d)	Índice Deflatores (e)	Valores Reais (f)
1969	2 035 535,7	15 850	12 842,5	833 276,3	24 094	3 458,4
1970	2 707 873,1	17 895	15 132,0	865 274,1	30 618	2 826,0
1971	3 326 080,5	21 344	15 583,2	1 160 678,7	34 546 ¹	3 359,8
1972	4 010 587,9	30 267	13 250,7	1 844 550,6	51 076	3 611,4
1973	7 729 205,0	45 407	17 022,1	2 762 767,9	76 171	3 627,1

ANOS	EXTRATIVA VEGETAL			AGRICULTURA		
	FGV (Preços Correntes) (g)	Índice Deflatores (h)	Valores Reais (i)	FGV (Preços Correntes) (j)	Índice Deflatores (k)	Valores Reais (l)
1969	87 962,4	15 850	555,0	2 956 774,4	17 542	16 855,9
1970	101 825,3	17 895	569,0	3 674 972,5	19 836	18 527,0
1971	158 144,9	21 344	740,9	4 644 904,1	23 598	19 683,9
1972	221 197,3	30 267	730,8	6 076 335,8	34 539	17 592,9
1973	307 574,8	45 407	677,4	10 799 547,7	50 639	21 326,6

QUADRO PR-3

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES DA AGRICULTURA
NO RIO GRANDE DO SUL — 1970-73

ANOS	LAVOURA (a)	PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS (b)	EXTRATIVA VEGETAL (c)	AGRICULTURA (d)
------	----------------	---------------------------------------	-----------------------------	--------------------

QUADRO PR-3 A

(EM Cr\$ 1.000 A PREÇOS DE 1949)

1969	12 842,5	3 458,4	555,0	16 855,9
1970	15 132,0	2 826,0	569,0	18 527,0
1971	15 583,2	3 359,8	740,9	19 683,9
1972	13 250,7	3 611,4	730,8	17 592,9
1973	17 022,1	3 627,1	677,4	21 326,6

QUADRO PR-3 B

(ÍNDICES-BASE: 1949= 100)

1969	270,6	192,9	129,4	241,9
1970	318,9	157,6	132,7	265,9
1971	328,4	187,4	172,8	282,5
1972	279,2	201,4	170,4	252,5
1973	358,7	202,3	158,0	306,1

QUADRO RR-3 C

(TAXAS DE CRESCIMENTO - %)

1969	-	-	-	-
1970	17,8	-18,3	2,5	9,9
1971	3,0	18,9	30,2	6,2
1972	-15,0	7,5	- 1,4	-10,6
1973	28,5	0,4	- 7,3	21,2

QUADRO PR-4

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES DA INDÚSTRIA
NO RIO GRANDE DO SUL — 1970-73

(Crescimento do Emprego Industrial e do Produto da Indústria)

ANOS	MÊS (a)	ÍNDICES (b)	TAXA DE CRESCIMENTO(%)			PRODUTO REAL DA INDÚSTRIA (f)
			Em 11 Meses (c)	Mensal (d)	Anual (e)	
1969	Janeiro	-	-	-	-	10 457,8
	Dezembro	-	-	-	-	
1970	Janeiro	92,90				11 461,7
	Dezembro	101,40	9,15	0,80	9,6	
1971	Janeiro	106,66				12 630,8
	Dezembro	116,94	9,64	0,85	10,2	
1972	Janeiro	121,62				13 919,1
	Dezembro	133,38	9,67	0,85	10,2	
1973	Janeiro	135,33				14 921,3
	Dezembro	144,27	6,61	0,60	7,2	

QUADRO PR-5

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES DA INDÚSTRIA
NO RIO GRANDE DO SUL — 1970-73

A N O S	VALORES REAIS (Em Cr\$ 1.000 a preços de 1949) (a)	ÍNDICES (Base: 1949= 100) (b)	TAXAS DE CRESCIMENTO(%) (c)
1969	10 457,8	341,0	7,6
1970	11 461,7	373,8	9,6
1971	12 630,8	411,9	10,2
1972	13 919,1	453,9	10,2
1973	14 921,3	486,6	7,2

QUADRO PR-6

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES DOS SERVIÇOS
NO RIO GRANDE DO SUL — 1969-73

ANOS	EM CR\$ 1.000 A PREÇOS DE 1949			COMPOSIÇÃO PORCENTUAL		
	Agricultura + Indústria (a)	Serviços (b)	Total (c)	Agricultura + Indústria (d)	Serviços (e)	Total (f)
1965	21 745,3	20 647,1	42 392,4	51,3	48,7	100,0
1966	21 343,2	22 168,4	43 511,6	49,1	50,9	100,0
1967	21 481,5	22 562,1	44 043,6	48,8	51,2	100,0
1968	23 723,1	24 887,3	48 610,4	48,8	51,2	100,0
1969	27 313,7	27 376,0	54 689,7	49,9	50,1	100,0
1970	29 988,7	31 212,7	61 201,4	49,0	51,0	100,0
1971	32 314,7	33 633,7	65 948,4	49,0	51,0	100,0
1972	31 512,0	34 138,0	65 650,0	48,0	52,0	100,0
1973	36 247,9	36 247,9	72 495,8	50,0	50,0	100,0

QUADRO PR-7

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES DOS SERVIÇOS
NO RIO GRANDE DO SUL — 1969-73

A N O S	VALORES REAIS (EM CR\$ 1,000 A PREÇOS DE 1949)	ÍNDICES-BASE: 1949= 100	TAXAS DE CRESCIMENTO(%)
	(a)	(b)	(c)
1969	27 376,0	329,1	10,0
1970	31 212,7	375,2	14,0
1971	33 633,7	404,3	7,8
1972	34 138,0	410,3	1,5
1973	36 247,9	435,7	6,2

QUADRO PR-8

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DE FATORES POR SETORES DE ORIGEM
NO RIO GRANDE DO SUL — 1969-73

A N O S	(Resumo Geral)			
	AGRICULTURA (a)	INDÚSTRIA (b)	SERVIÇOS (c)	TOTAL (d)
QUADRO PR-8 A (EM CR\$ 1.000 A PREÇOS DE 1949)				
1969	16 855,9	10 457,8	27 376,0	54 689,7
1970	18 527,0	11 461,7	31 212,7	61 201,4
1971	19 683,9	12 630,8	33 633,7	65 948,4
1972	17 592,9	13 919,1	34 138,0	65 650,0
1973	21 326,6	14 921,3	36 247,9	72 495,8
QUADRO PR-8 B (ÍNDICES-BASE: 1949 = 100)				
1969	241,9	341,0	329,1	298,0
1970	265,9	373,8	375,2	333,5
1971	282,5	411,9	404,3	359,3
1972	252,5	453,9	410,3	357,7
1973	306,1	486,6	435,7	395,0
QUADRO PR-8 C (TAXAS DE CRESCIMENTO) (%)				
1969	20,3	7,6	10,0	12,5
1970	9,9	9,6	14,0	11,9
1971	6,2	10,2	7,8	7,8
1972	-10,6	10,2	1,5	- 0,5
1973	21,2	7,2	6,2	10,4
QUADRO PR-8 D (COMPOSIÇÃO PORCENTUAL) (%)				
1969	30,8	19,1	50,1	100,0
1970	30,3	18,7	51,0	100,0
1971	29,8	19,2	51,0	100,0
1972	26,8	21,2	52,0	100,0
1973	29,4	20,6	50,0	100,0

2. Metodologia

QUADRO PR-1

Coluna (a) = Levantamentos da FEE sobre Contas Regionais do Rio Grande do Sul (Anexo Nº 1, Coluna "a").

Coluna (b) = Taxa de crescimento anual, calculada com base na Coluna (a).

Coluna (c) = Ano de 1969 - DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 26, Coluna (a).

Anos de 1970 a 1973 - Valores obtidos pela aplicação da taxa de crescimento da Coluna (b) ao montante do ano anterior nesta Coluna.

Nota: Desprezou-se a taxa de crescimento do ano de 1969 por já se dispor ao valor referente a esse ano (Cr\$ 2 035 535,7).

Coluna (d) = Levantamentos da FEE sobre Contas Regionais do Rio Grande do Sul (Anexo Nº 1, Coluna "b").

Coluna (e) = Taxa de crescimento anual, calculada com base na Coluna (d).

Coluna (f) = Ano de 1969 - DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 26, Coluna (e).

Anos de 1970 a 1973 - Valores obtidos pela aplicação da taxa de crescimento da Coluna (e) ao montante do ano anterior que figura nesta Coluna.

Nota: Desprezou-se a taxa de crescimento do ano de 1969 por já se dispor do valor referente a esse ano (Cr\$ 833 276,3).

Coluna (g) = Levantamentos da FEE sobre Contas Regionais do Rio Grande do Sul (Anexo Nº 1, Coluna "c").

Coluna (h) = Taxa de crescimento anual, calculada com base na Coluna (g).

Coluna (i) = Ano de 1969 - DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 26, Coluna (i).

Anos de 1970 a 1973 - Valores obtidos pela aplicação da taxa de crescimento da Coluna (h) ao montante do ano anterior que figura nesta Coluna.

Nota: Desprezou-se a taxa de crescimento do ano de 1969 por já se dispor do valor referente a esse ano (Cr\$ 87 962,4).

Coluna (j) = Coluna (a) + Coluna (d) + Coluna (g).

Coluna (k) = Coluna (c) + Coluna (f) + Coluna (i).

QUADRO PR-2

Coluna (a) = Quadro PR-1, Coluna (c).

Coluna (b) = IPAGRI, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho IV, Coluna (d).

$$\text{Coluna (c)} = \frac{\text{Coluna (a)}}{\text{Coluna (b)}} \times 100.$$

Coluna (d) = Quadro PR-1, Coluna (f).

Coluna (e) = IPAGRI, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho IV, Coluna (h).

$$\text{Coluna (f)} = \frac{\text{Coluna (d)}}{\text{Coluna (e)}} \times 100.$$

Coluna (g) = Quadro PR-1, Coluna (i).

Coluna (h) = IPAGRI, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho IV, Coluna (d).

$$\text{Coluna (i)} = \frac{\text{Coluna (g)}}{\text{Coluna (h)}} \times 100.$$

Coluna (j) = Coluna (a) + Coluna (d) + Coluna (g).

$$\text{Coluna (k)} = \frac{\text{Coluna (j)}}{\text{Coluna (l)}} \times 100,$$

Coluna (l) = Coluna (c) + Coluna (f) + Coluna (i).

QUADRO PR-3 A

Coluna (a) = Quadro PR-2, Coluna (c).

Coluna (b) = Quadro PR-2, Coluna (f).

Coluna (c) = Quadro PR-2, Coluna (i).

Coluna (d) = Quadro PR-2, Coluna (l).

QUADRO PR-3 B

$$\text{Coluna (a)} = \frac{\text{Coluna (c) do Quadro PR-2}}{\text{Cr\$ 4 745,4}} \times 100,$$

em que:

Cr\\$ 4 745,4 = Valor no ano base (1949) que figura no Quadro de Trabalho Nº 26, Coluna (c), DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974.

$$\text{Coluna (b)} = \frac{\text{Coluna (f) do Quadro PR-2}}{\text{Cr\$ 1 792,8}} \times 100.$$

em que:

Cr\\$ 1 792,8 = Valor no ano base (1949) que figura no Quadro de Trabalho Nº 26, Coluna (g), DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974.

$$\text{Coluna (c)} = \frac{\text{Coluna (i) do Quadro PR-2}}{\text{Cr\$ 428,8}} \times 100.$$

em que:

Cr\\$ 428,8 = Valor no ano base (1949) que figura no Quadro de Trabalho Nº 26, Coluna (k), DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974.

$$\text{Coluna (d)} = \frac{\text{Coluna (l) do Quadro PR-2}}{\text{Cr\$ 6 967,0}} \times 100.$$

em que:

Cr\\$ 6 967,0 = Valor no ano base (1949) que figura no Quadro de Trabalho Nº 26, Coluna (o), DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974.

QUADRO PR-3 C

Coluna (a) = Taxa de crescimento anual calculada com base na Coluna (c) do Quadro PR-2.

Coluna (b) = Taxa de crescimento anual calculada com base na Coluna (f) do Quadro PR-2.

Coluna (c) = Taxa de crescimento anual calculada com base na Coluna (i) do Quadro PR-2.

Coluna (d) = Taxa de crescimento anual calculada com base na Coluna (l) do Quadro PR-2.

QUADRO PR-4

Coluna (a) = Primeiro e último mês do ano.

Coluna (b) = IE-RS, FEE, Porto Alegre, v. 2, abr/jun, 1974, n.2, p. 37, Índice do Pessoal Ocupado na Indústria de Transformação.

Coluna (c) = Taxa de crescimento em 11 meses, calculada com base na Coluna (b).

Coluna (d) = $\frac{\text{Coluna (c)}}{11}$, arredondando-se os valores "para menos".

Coluna (e) = Coluna (d) x 12.

Coluna (f) = Ano de 1969: DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 34, Coluna (b).

Demais anos: Valores obtidos pela aplicação da taxa de crescimento da Coluna (e) ao montante do ano anterior que figura nesta Coluna.

QUADRO PR-5

Coluna (a) = Quadro PR-4, Coluna (f).

Coluna (b) = $\frac{\text{Coluna (a)}}{\text{Cr\$ 3 066,5}} \times 100$,

em que: Cr\$ 3 066,5 é o valor do produto da indústria no ano base (vide DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 34, Coluna (b)).

Coluna (c) = Ano de 1969: DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 36, Coluna (b).

Período 1970-73: Taxa de crescimento anual calculada com base na Coluna (a).

QUADRO PR-6

Coluna (a) = Período 1965-69: DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 34, Coluna (a) + Coluna (b).

Período 1970-73: Quadro PR-3 A, Coluna (d) + Quadro PR-5, Coluna (a).

Coluna (b) = Período 1965-68: DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 34, Coluna (c).

Ano de 1969: Adotou-se a taxa média de crescimento real obtida nos métodos F-2 (10,0%), F-4 (9,5%), F-6 (10,3%) e F-8 (10,0%) do Documento DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 18, Colunas (r), (t), (v) e (y), ou seja, 9,95%, arredondando-se para 10%.

Ano de 1970:

$$\left. \begin{array}{l} 0,40 \text{ ———— Cr\$ 29 988,7} \\ 0,51 \text{ ———— } x \end{array} \right\} x = \frac{0,51 \cdot 29 988,7}{0,49} \quad x = \text{Cr\$ 31 212,7 mil.}$$

Ano de 1971:

$$\left. \begin{array}{l} 0,49 \text{ ———— Cr\$ 32 314,7} \\ 0,51 \text{ ———— } x \end{array} \right\} x = \frac{0,51 \cdot 32 314,7}{0,49} \quad x = \text{Cr\$ 33 633,7 mil.}$$

Ano de 1972:

$$\left. \begin{array}{l} 0,48 \text{ ———— Cr\$ 31 512,0} \\ 0,52 \text{ ———— } x \end{array} \right\} x = \frac{0,52 \cdot 31 512,0}{0,48} \quad x = \text{Cr\$ 34 138,0 mil.}$$

Ano de 1973:

$$\left. \begin{array}{l} 0,50 \text{ ———— Cr\$ 36 247,9} \\ 0,50 \text{ ———— } x \end{array} \right\} x = \frac{0,50 \cdot 36 247,9}{0,50} \quad x = \text{Cr\$ 36 247,9 mil.}$$

Nota: Nas proporções usadas anteriormente foram empregadas as porcentagens que figuram nas colunas (d) e (e), respectivamente, explicadas mais adiante.

Coluna (c) = Coluna (a) + Coluna (b).

Coluna (d) = Período 1965-69 $\frac{\text{Coluna (a)}}{\text{Coluna (c)}} \times 100$.

Período 1970-73 Coluna (f) - Coluna (e).

Coluna (e) = Período 1965-69:

$$\frac{\text{Coluna (b)}}{\text{Coluna (c)}} \times 100$$

Período 1970-73: Considerando-se as porcentagens de 1966, 1967 e 1968 (50,9%, 51,2% e 51,2%, respectivamente), adotou-se a hipótese de 51% para os dois primeiros anos projetados (1970 e 1971). Essa porcentagem foi elevada para 52% em 1972, tendo em vista a taxa negativa de crescimento do produto agrícola, hipótese que se justifica por haver-se observado que, em anos anteriores, sempre que isso aconteceu, aumentou a participação relativa dos "Serviços" no Produto do Estado. Finalmente, em 1973, aceitou-se como válida a hipótese de que o Setor Serviços, a "grosso modo", constitui 50% da renda interna estadual.

Coluna (f) = 100,0% ou 1,000, isto é, total das Colunas (d) e (e).

QUADRO PR-7

Coluna (a) = Quadro PR-6, Coluna (b).

$$\text{Coluna (b)} = \frac{\text{Coluna (a)}}{\text{Cr\$ 8 319,8}} \times 100,$$

em que: Cr\$ 8 319,8 é o valor do produto do Setor Serviços no ano base (vide DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 34, Coluna (c)).

Coluna (c) = Taxa anual de crescimento calculada com base no Quadro PR-6, Coluna (b).

QUADRO PR-8 A

Coluna (a) = Quadro PR-3 A, Coluna (d).

Coluna (b) = Quadro PR-5, Coluna (a).

Coluna (c) = Quadro PR-7, Coluna (a).

Coluna (d) = Coluna (a) + Coluna (b) + Coluna (c).

QUADRO PR-8 B

Coluna (a) = Quadro PR-3 B, Coluna (d).

Coluna (b) = Quadro PR-5, Coluna (b).

Coluna (c) = Quadro PR-7, Coluna (b).

$$\text{Coluna (d)} = \frac{\text{Quadro PR-8 A, Coluna (d)}}{\text{Cr\$ 18 353,3}} \times 100,$$

em que: Cr\$ 18 353,3 é o valor do produto total do Estado no ano base (vide DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 34, Coluna (d)).

QUADRO PR-8 C

Coluna (a) = Ano de 1969: DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 36, Coluna (a)

Anos de 1970 a 1973: Taxa anual de crescimento, calculada com base no Quadro PR-8 A, Coluna (a).

Coluna (b) = Quadro PR-5, Coluna (c).

Coluna (c) = Quadro PR-7, Coluna (c).

$$\text{Coluna (d)} = \text{Ano de 1969: } \frac{\text{Cr\$ 54 689,7} - \text{Cr\$ 48 610,4}}{\text{Cr\$ 48 610,4}},$$

em que: Cr\$ 54 689,7 = produto do Estado em 1969 (vide Quadro PR-8 A, Coluna (d)), e

Cr\$ 48 610,4 = idem em 1968 (vide DEFLAG, FEE, Porto Alegre, 1974, Quadro de Trabalho Nº 34, Coluna (d)).

Anos de 1970 a 1973: Taxa anual de crescimento, calculada com base na Coluna (d) do Quadro PR-8 A.

QUADRO PR-8 D

$$\text{Coluna (a)} = \frac{\text{Quadro PR-8 A, Coluna (a)}}{\text{Quadro PR-8 A, Coluna (d)}} \times 100.$$

$$\text{Coluna (b)} = \frac{\text{Quadro PR-8 A, Coluna (b)}}{\text{Quadro PR-8 A, Coluna (d)}} \times 100.$$

$$\text{Coluna (c)} = \frac{\text{Quadro PR-8 A, Coluna (c)}}{\text{Quadro PR-8 A, Coluna (d)}} \times 100.$$

$$\text{Coluna (d)} = \text{Coluna (a)} + \text{Coluna (b)} + \text{Coluna (c)}.$$

3. Anexo

A N E X O Nº 1

LEVANTAMENTOS DA FEE SOBRE CONTAS REGIONAIS - LAVOURA, PRODUÇÃO ANIMAL, EXTRATIVA VEGETAL E AGRICULTURA -
DO RIO GRANDE DO SUL — 1968-73

A N O S	LAVOURA (a)	PRODUÇÃO ANIMAL (b)	EXTRATIVA VEGETAL (c)	AGRICULTURA (d)
1968	1 556 286,4	695 701,6	94 957,1	2 346 945,1
1969	2 033 603,6	809 397,7	139 869,0	2 982 870,3
1970	2 705 394,5	840 494,1	161 908,7	3 707 797,3
1971	3 323 088,9	1 127 434,5	251 459,4	4 701 982,8
1972	4 006 927,7	1 791 680,2	351 710,3	6 150 318,2
1973	7 722 055,0	2 683 573,0	489 054,0	10 894 682,0



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

SEDE: Rua Siqueira Campos, 1044 - 4º andar
TELEFONE: (0512) 25-9355
Cx. Postal 2355
90.000 Porto Alegre, RS - Brasil

PRESIDÊNCIA

NEY MARQUES - *Presidente*

Ana Maria Wels, Elaine Maria de Souza Marques - *Secretárias*

ASSESSORIA - Ferry Gonçalves Braga, Marbel Maria Ferreira de Andrade, Maria Amélia Pinto Leão, Maria Inácia Flôr Reinaldo, Pedro Silveira Bandeira, Raymundo Ferreira Guimarães, Roberto Gianuca Sampaio.

SEITE - NILSON CÁCERES SANABRIA, Edison Marques Moreira, João Vilceu Vieira Soares, Joaquim Osório Pires da Silva, Luiz Fernando Gomes da Silva Medaglia, Marco Aurélio Cortez Morales, Vera Maria Cunha Morales.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ROQUE MALDANER - *Diretor*

Ana Mariza Piegas Vilhalba - *Secretaria*

APOIO ADMINISTRATIVO - HÉLIO PASSOS ALCÂNTARA, Alba Silva da Costa, Albanir Renato do Amaral Collares, Alcides da Silva, Álvaro da Silva Dias, Ana Beatriz Fernandes, Ana Lúcia da Silva, Carlos Bertolli de Gouveia, Carmen Terezinha Silveira da Silva, Cesar Renato Guimarães Agra, Cesar Roberto Machado, Francisco de Assis Machado Soares, Isolina Machado Andrades, Luiz Carlos Montaña de Azevedo, Luiz Ferreira da Silva, Lurdes Cansan, Marina Rios da Silva, Marlene Schneider, Nair Santos da Silva, Oswaldo do Nascimento, Paulo Roberto da Silva Souza, Raul Steinbach, Sandra Maria Silveira da Silva, Zilá Alves.

EDITORIA - LEONARDA POMPEA MASTROGIACOMO, Carlos Eduardo da Silva Valente, Celso Ramos Cristobal, Eleusa Brito Montardo, Elisabeth Alende Lopes, Estéla Mendes Pereira, Flora Idalina Rodrigues Castellã, Iara Marina da Veiga, Jussara Inês Madeira Gomes, Luiz Fernando Weiler, Maria Luiza Garcia Knauth, Rejane de Barcellos Schemite, Ricardo Vieira Fernandes, Sérgio Nunes Fagundes, Téa Northfleet.

FINANÇAS - SIFREDO SCHILLER, Darcy Kolling, Jandira Cansan, Jorge Luiz Hennemann, José Reinaldo Hansen, Lúcia Vecchio, Neiva Maria Abreu Fernandes.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL - IRENE CARMEN DE ALMEIDA CARVALHO, Jorge da Silva Ávila, Maria Inês Lopes Fialho, Nevy Xavier, Nôra Angela Kraemer Soares, Vera Lúcia Menezes, Wanda Grazietta Crotti.

REPROGRAFIA - DANILO SEQUEIRA, Ariclair de Fátima Batista Fernandes, Carmen Maria Franzoni, Celso Luiz Formiga, Clori Xavier Conde, Francisco Linhares, Lauro Alberto Schuch, Luiz Carlos da Silva, Marco Antônio de Oliveira Pinto, Mauro Marcelino da Silva, Shirley Maria Chiele Sequeira, Vera Sônia Silva.

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - JOÃO JÚLIO CARRERA DA CUNHA, Acácia Ferreira de Andrade, Antonio Odilon Ribeiro de Menezes, Daniel Pires Bueno, Elisabeth Carrera Lopes, Elza Lopes Evangelista, Gilca Rangel Fernandes, Jane Nunes Ortiz, Maura Rosane Silveira da Silva, Marilene Gauer, Marilene Ferreira, Silvio José Ferreira, José Antonio da Silva.

METAL MECÂNICA - WALTER ARNO PICHLER, Enio Roberto de Andrade.

AGROINDÚSTRIA - DUFLIO DE ÁVILA BÉRNÍ, Aldonir José Pasinato, Antonio Carlos Brites Jaques, Carlos Furtado Peixoto, Carmen Regina G. Landell de Moura, Cláudia Englert, Eduardo Klarman Flores, Eunice Focchi, Ismar José Teixeira Fontoura, João Vanir Ciprandi, José Carlos Cheuiche Ferreira, José Paulo Girardi, Juarez Varallo Pont, Maria Beatriz Nunes Oliveira, Maria Domingues Benetti, Nádia Helena Schmidt, Ney Cantarutti Júnior, Nilo Kern Cortez, Paulo Antonio Nunes Pastor, Paulo Roberto Letti, Paulo Henrique Tonon, Pedro Garcia Bocarandia, Plínio Letti Filho, Plínio Guerra Rego, Vera Maria Couto Baldino, Vivian Rose Fontoura.

LITORAL NORTE - ALVARISTO DO AMARAL PADILHA, Alfredo Crestani, Ana Maria Scherer de Souza, Fátima Vandira Lagranha Jardim, Mario José Jamardo Dani, Marise de Oliveira Barberena.

COMERCIALIZAÇÃO - ALOÍSIO ELY, Armando Carlos Hennig, Astôr Rathke, Cláudio Gomes da Silva, Edison Ferreira Peñadez, Eduardo José Osório, Jaques Alberto Bensussan, Jaques Joelsons, Jussepe Borges Marques, Moisés Paulo dos Santos Quadros, Neusa Maria Aguilar Valério, Paulo Fernando Falkmann Niederauer, Silvia Eilert Carneiro, Susana Koch, Walter Meucci Nique, Carlos Alberto da Câmara Jaeger, Germano Salvador.

GERÊNCIA DE SISTEMAS

ALDROVANDO ROSITO GUERRA - *Gerente*

Albertina Camargo da Silva - *Secretária*

ANÁLISE E PESQUISA - IVO ANTONIAZZI, Elisabeth Schneider Pothin, Maria de Lourdes Teixeira, Oscar Bráz Calloni, Vera Lúcia Pires, Yoshihisa Cho.

INFORMÁTICA - HUGO ALEJANDRO DA SILVA VILLEGAS, Benta Nunes da Silva, Buarque Gutterres de Figueiredo, Clotilde Rejane Meneghetti, Mariza Nunes Dias, Marli Nunes Machado, Regina Maria Caliendo, Renato Mendes Guerra, Roberto Bins Ely, Shirley Mesquita Padão.

BUSCA DE DADOS - ABELARDO AUGUSTO SÓRIO RIBEIRO, Adolar Koch, Paulo Roberto Fernandes, Roberto Antonio Goulart La-Rocca, Roger Norberto Keller, Sérgio Matheus Pereira.

DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO - MARILENE BRUNEL LUDWIG, Crista Stege, Fernando de Carvalho Rocha, Janira Iolanda Lopes da Rosa, Leny Helena Rodrigues Petersen, Maria da Glória Souto Silveira, Renato Cardoso Vasques, Sílvia Rech De-Gan, Talita Farias Schullmann, Yara Maria Centeno Teixeira.

APOIO E CODIFICAÇÃO - RUT TEREZINHA DIEDERICHS NORDNHA, Acácia Gama Bernd, Adão da Silveira, André Luiz de Souza e Souza, Cacilda Ferreira Camargo, Ceres Aparecida Haushahan, Cloves Jesus Lopes Evangelista, Enilda Leal Riella, Jayme Görg, João Luiz Rosa, Jorge Fernando Beal Vargas, José Antônio Rosa, Juarez Meneghetti, Jussara Meneghetti da Fré, Jussara Rabassa Monteiro, Laís Helena Damado Carvalho, Lecy Tereza Bernardes do Amaral Padilha, Loribel da Silva Dias, Luny Maria de Azevedo Sperb, Luz da Alva Oliveira da Silveira, Mara Luzia Feltes de Moura, Maria José da Silveira Saibro, Maria de Lourdes Cavalheiro, Maria Edi Pereira de Souza, Maria Severo Nunes da Rosa, Maria Thereza França Costa, Marília Marques Difini, Marina Medeiros Costa, Marina Ponso Difini, Marlene Marques Gentili, Marisa Gundlach Kraemer, Mercedes Oliveira Licht, Ney Gondran Machado, Osiris da Luz Soares, Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado, Reny Vasques Farias, Roberto Ronchetti Caravantes, Rosângela Maria Cavalheiro Tormes, Rubens Corrêa da Silva, Ruth Rovere Wolff, Sérgio Antônio Rolim de Moura, Sílvia Maria Rosa Portinho, Solange Maria Gaspar de Oliveira, Sônia Maria Dornelles Oliveira, Sônia Maria da Cunha Francioni, Vera Conceição Froês Clausmann, Yeda Garcia Petteuzzo, Zilda Maria Freitas Leite.

GERÊNCIA DE ANÁLISES

CONTABILIDADE ECONÔMICA REGIONAL - MOEMA KRAY, Alejandro Kuajara Arandia, Ana Ruth Mendes da Fonseca, Consuelo Carvalho Duclós, Décio Anson Lima, Dilma Vana Rouseff Linhares, Isio Eizerick, Luiz Alberto Oliveira da Fonseca, Luiz Carlos Leão, Luiz Carlos Azambuja de Moura, Mark Ramos Kuschick, Mirta Eugênia Varella Escosteguy, Odete Lødtke Wollmann, Renato Antônio Dalmazó, Suelena Paredes, Vivian Fürstenau de Oliveira.

ESFERA PÚBLICA - Carlos Nelson dos Reis, Hélio Puig Gonzalez, Waldir Gorga Dornelles.

SETOR PRIMÁRIO - ENÉAS COSTA DE SOUZA, Dejalme Andreolli, Elvin Maria Fauth, Olívia Maria Cabral Conill, Rosa Maria Marques, Salvatore Santagada.

SETOR SECUNDÁRIO - CLÁUDIO EINLOFT, Calino Ferreira Pacheco Filho, Luiz Roberto Pecoits Targa, Maria Cristina Passos Severo, Marli Marlene Mertz, Vera Maria Kunrath.

SETOR TERCIÁRIO - SÉRGIO FISCHER, Antonio José Ache Filho, Arnaldo Sisson Filho, Joaquim Alexandre Soares, José Luiz Seabra Domingues, Maria Luiza Tirelli de Souza, Nelson Brillman Castan, Valésca Casa Nova, Yoshiko Kobayashi.

EQUIPES

SÍNTESE ESTATÍSTICA DOS MUNICÍPIOS - OSMAR INÁCIO DA SILVA, Maria Margarete Fortunato de Bem, Nilza Fonseca Moreira César, Roselane Vial.

INDICADORES ECONÔMICOS - SILVIA HORST CAMPOS, Alberto Luiz Medeiros, Áurea Corrêa de Miranda Breitbach, Aurora Célia Rodrigues Villagran, Eliana Santos Figueiredo, Lisete Maria Giroto, Maria Heloísa Lenz, Maria Olinda Curtinaz Trescastro.

INDICADORES SOCIAIS - TANYA MARIA MACEDO DE BARCELLOS, Elisabeth de Medeiros Simões, Gentil Corazza.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL - YARA SALDANHA PRANGE, Arthur Ivan de Andrade Wels, Harri Goulart Ger-vásio, Sara Brumer.

EDIÇÕES FEE E DATAS DE PUBLICAÇÃO

1 - Indicadores Econômicos RS, v.1, n.1, jan/1973	Jan/73
2 - Indicadores Econômicos RS, v.1, n.2, mar/1973	Mar/73
3 - Indicadores Econômicos RS, v.1, n.3, maio/1973	Maio/73
4 - Indicadores Econômicos RS, v.1, n.4, jul/1973	Ago/73
5 - Indicadores Econômicos RS, v.1, n.5, set/1973	Out/73
6 - Indicadores Sociais RS, n.1, nov/1973	Nov/73
7 - Indicadores Econômicos RS, v.1, n.6, nov/1973	Dez/73
8 - Indicadores Econômicos RS, v.2, n.1, jan-mar/1974	Maio/74
9 - RS Uma Década, 1964/1974	Jul/74
10 - Indicadores Econômicos RS, v.2, n.2, abr-jun/1974	Ago/74
11 - Estudo de Deflatores para a Economia do Rio Grande do Sul	Set/74
12 - Sorgo, Uma Alternativa Econômica	Set/74
13 - Folheto de Municípios do RS: Alegrete, Canoas, Caxias do Sul, Ibirubã, Santa Maria e Uruguaiana	Out/74
14 - Folheto de Municípios do RS: Bagé, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramen- to, São Gabriel, São Leopoldo e Viamão	Nov/74
15 - Anuário Estatístico da Educação do Rio Grande do Sul	Nov/74
16 - Indicadores Econômicos RS, v.2, n.3, jul-set/1974	Nov/74
17 - Boletim Estatístico do Sete	Jan/75
18 - Indicadores Sociais RS, n.2, 1975	Mar/75
19 - 25 Anos de Economia Gaúcha, v.1, Uma Visão Global da Economia do Estado	Mar/75
20 - Indicadores Econômicos RS, v.2, n.4, out-dez/1974	Maio/75
21 - Produção de Calçados no Rio Grande do Sul em 1974	Jun/75
22 - 25 Anos de Economia Gaúcha, v.1, Uma Visão Global da Economia do Estado (2a. impressão)	Jul/75
23 - Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 2 - Carne Bovina e Ovina - Termo de Referência	Jul/75
24 - Política de Industrialização do Rio Grande do Sul	Ago/75
25 - Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 1 - Termos Gerais de Referência	Ago/75
26 - Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 3 - Carne Suína e de Aves - Termo de Referência	Ago/75
27 - Programa Metal-Mecânico Rio Grande do Sul - 3 - Termos Gerais de Referência	Ago/75
28 - Indicadores Econômicos RS, v.3, n.1, jan-mar/1975	Set/75
29 - Programa Metal-Mecânico Rio Grande do Sul - 2 - Termo de Referência	Set/75
30 - Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul - 1 - Necessidade e Concepção Geral	Set/75
31 - Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul - 2 - Concepção do Diagnóstico Geral	Set/75
32 - Programa Comercialização Rio Grande do Sul - 1 - Produtos Selecionados da Lavoura - Termos Gerais de Referência	Set/75

33 - Programa Metal-Mecânico Rio Grande do Sul - 3 - Pesquisa de Mercado (Questionário)	Out/75
34 - Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 4 - Leite e Derivados - Termo de Referência	Nov/75
35 - Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul - 3 - Diagnóstico Geral	Nov/75
36 - Indicadores Sociais RS, Ano 3, n.3, 1975	Dez/75
37 - Informe Geral sobre a Agroindústria Gaúcha	Mar/76
38 - Indicadores Econômicos RS, v.3, n.2, abr-jun/1975	Abr/76
39 - 25 Anos de Economia Gaúcha, v.1, Uma Visão Global da Economia do Estado (3a. impressão)	Abr/76
40 - Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 5 - Comercialização e Industrialização de Grãos e Derivados - Termo de Referência	Mai/76
41 - Informativo do Seite, n.1, abr/1976	Mai/76
42 - V Censo do Calçado RS - 1975	Jun/76
43 - Indicadores Econômicos RS, v.3, n.3, jul-set/1975	Jun/76
44 - Informativo do Seite, n.2, maio/1976	Jun/76
45 - Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 6 - Cana-de-Açúcar - Termo de Referência	Jul/76
46 - Informativo do Seite, n.3, jun/1976	Jul/76
47 - Informativo do Seite, n.4, jul/1976	Ago/76
48 - Indicadores Econômicos RS, v.3, n.4, out-dez/1975	Set/76
49 - Resenha Estatística do Rio Grande do Sul	Set/76
50 - Informativo do Seite, n.5, ago/1976	Set/76
51 - Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 7 - Conserva de Frutas e Legumes - Termo de Referência	Out/76
52 - Indicadores Sociais RS, Ano 4, n.4, 1976, Número Especial - Migrações Internas ...	Out/76
53 - Informativo do Seite, n.6, set/1976	Out/76
54 - RS em Números, v.1, n.1, 1976	Nov/76
55 - Termômetro de Vendas FEE/CDL, Ano 1, n.1, set/1976	Nov/76
56 - Informativo do Seite, n.7, out/1976	Nov/76
57 - 25 Anos de Economia Gaúcha, v.1, Uma Visão Global da Economia do Estado (4a. impressão)	Nov/76